

Relatórios de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e de Avaliação de Políticas Públicas

Ano Base 2020

Brasília, 07 de outubro de 2021.

SECRETARIA DE
AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO,
ENERGIA E LOTERIA

SECRETARIA ESPECIAL DO
TESOURO E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



A Audiência Pública constante no art. 17 da [Lei 13.971/2019](#) prevê a apresentação do:

- ✓ Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA); e do
- ✓ Relatório de Avaliação de Políticas Públicas.

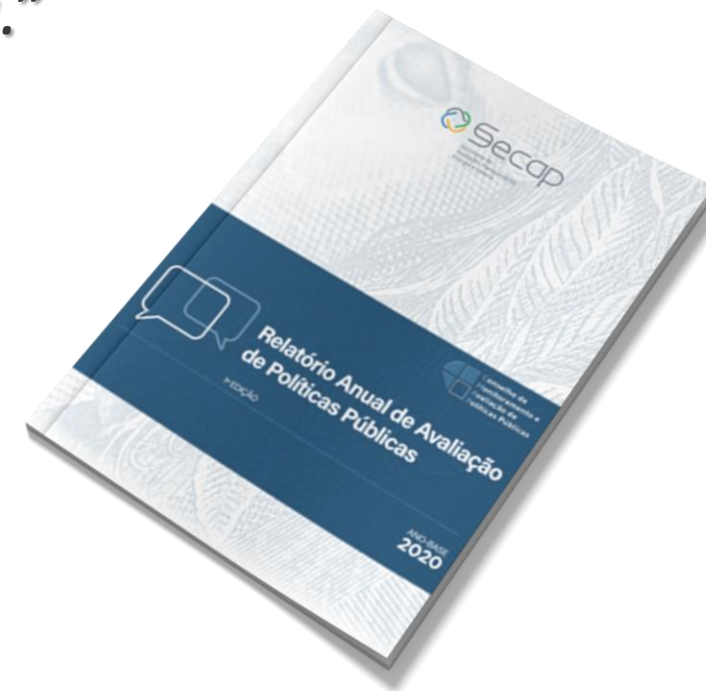
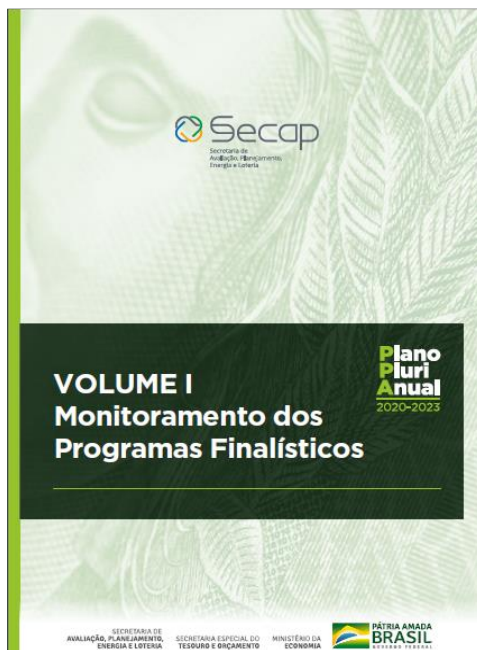
O **monitoramento e a avaliação de políticas públicas** também foram incluídos no texto constitucional pela [Emenda Constitucional 109/2021](#).

Referindo-se ao PPA, LDO e LOA, a E.C. incluiu o § 16 no Art. 165 da CF88:

*“As leis de que trata este artigo devem observar, no que couber, os resultados do **monitoramento** e da **avaliação** das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição.”*

Emenda Constitucional 109/2021 reforça o Monitoramento e a Avaliação:

*Art. 37. § 16. “Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar **avaliação das políticas públicas**, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.”*



Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023

Ano Base 2020



Plano Plurianual (PPA). Estabelece as ***Diretrizes, Objetivos e Metas*** da Administração Pública para 4 anos. Os Programas do PPA abrangem todas as áreas do Governo.

Destaques do monitoramento – ano base 2020:

- ✓ **69% dos indicadores dos programas apresentaram melhora em 2020.** Exemplo: número de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional passou de 1,9 milhão em dez/2018 para 2,1 milhões em dez/2020.
- ✓ **43% das metas dos programas foram alcançadas;** 42% das metas não foram alcançadas; 15% são metas qualitativas ou não declaradas. Exemplos:
 - ***Meta alcançada:*** 455 mil famílias foram beneficiadas com a ampliação do acesso à moradia e melhoria das condições de habitação, ante meta de 345 mil famílias.
 - ***Meta não alcançada:*** o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de habitante ficou em 35, ante a meta de 43,6 (restrição apontada: covid 19).
- ✓ **25,7% das metas dos programas do PPA enfrentaram restrições devido à Covid 19.**

Destaques do monitoramento – ano base 2020:

Os programas do PPA são detalhados em **Resultados Intermediários (RI)**, que compõem a **camada gerencial do PPA**. Cada RI possui meta e indicador.

✓ **58% dos resultados intermediários alcançaram suas metas em 2020.** Exemplos:

Resultados Intermediários	meta	realizado
Moradias entregues	325 mil	422 mil
Famílias beneficiadas pela urbanização de assentamentos precários	20 mil	33 mil
Estudantes atendidos com alimentação escolar (PNAE)	38 milhões	39,9 milhões
Leitos de UTI adulto habilitados para o SUS	14,6 mil	15,1 mil
Beneficiários de serviços de Assist. Técnica e Extensão Rural (ATER)	45,5 mil	52,1 mil
Empreendimentos de abastecimento de água concluídos	23	33
Empreendimentos de esgotamento sanitário concluídos	29	51

Fonte: SIOP.

✓ **Os investimentos Prioritários dos PPA tiveram execução financeira de R\$ 7,3 bilhões, ante previsão de R\$ 6,0 bilhões.**

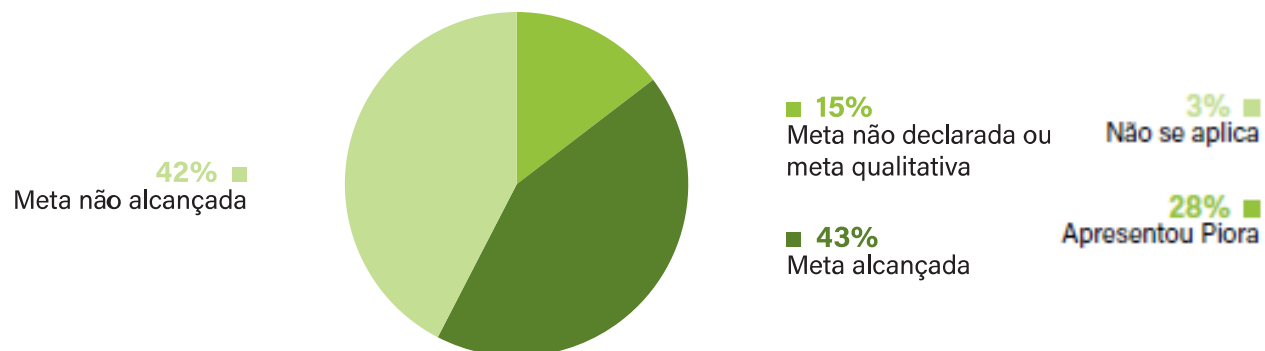
O que é monitorado? *Praticamente todas as principais ações do Governo. 70 Programas, 70 objetivos, 70 metas, 30 investimentos prioritários e 286 resultados intermediários.*

Objetivos do monitoramento:

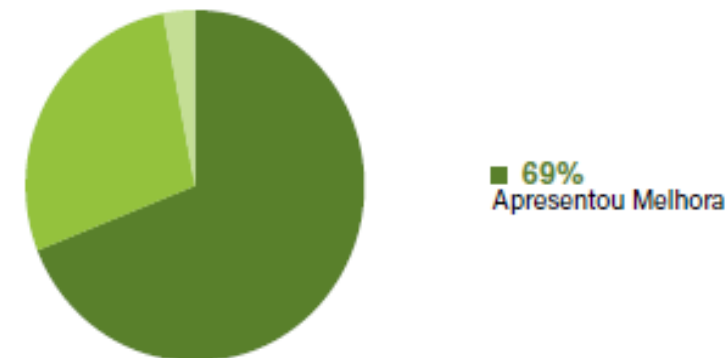
- ✓ identificar restrições e propor soluções para o alcance dos objetivos e metas do Governo;
- ✓ aprimorar políticas públicas;
- ✓ promover a transparência, apresentando os resultados das ações governamentais;
- ✓ Retroalimentar PPA, LDO e LOA.

Produtos do Monitoramento: Relatório de Monitoramento do PPA enviado ao Congresso Nacional; Relatório de Execução dos Investimentos Prioritários do PPA; e Boletim de Monitoramento (encaminhado aos ministérios).

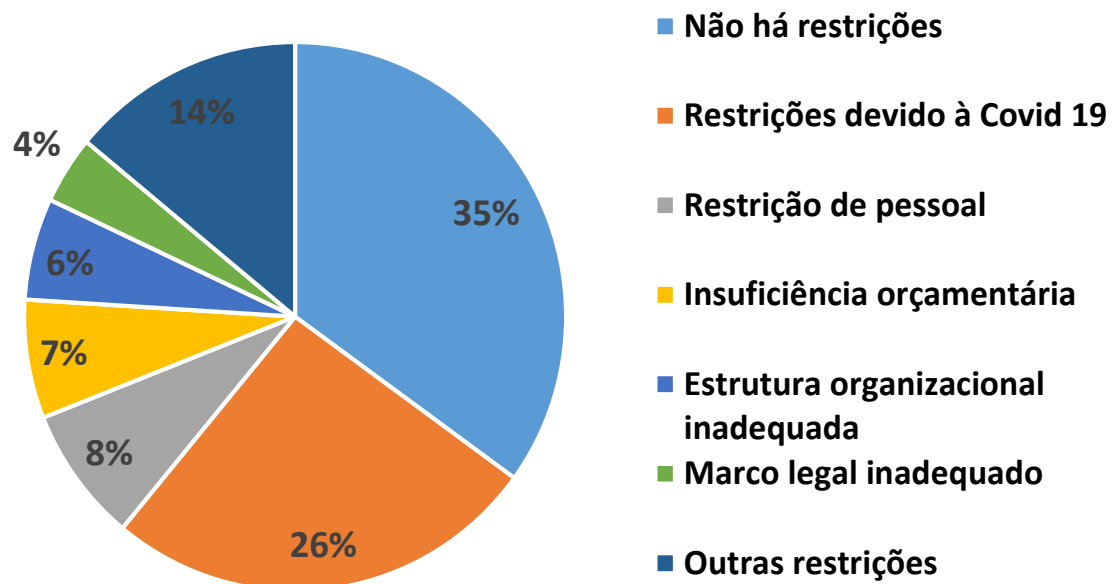
Metas dos Programas



Desempenho do Indicador do Programa

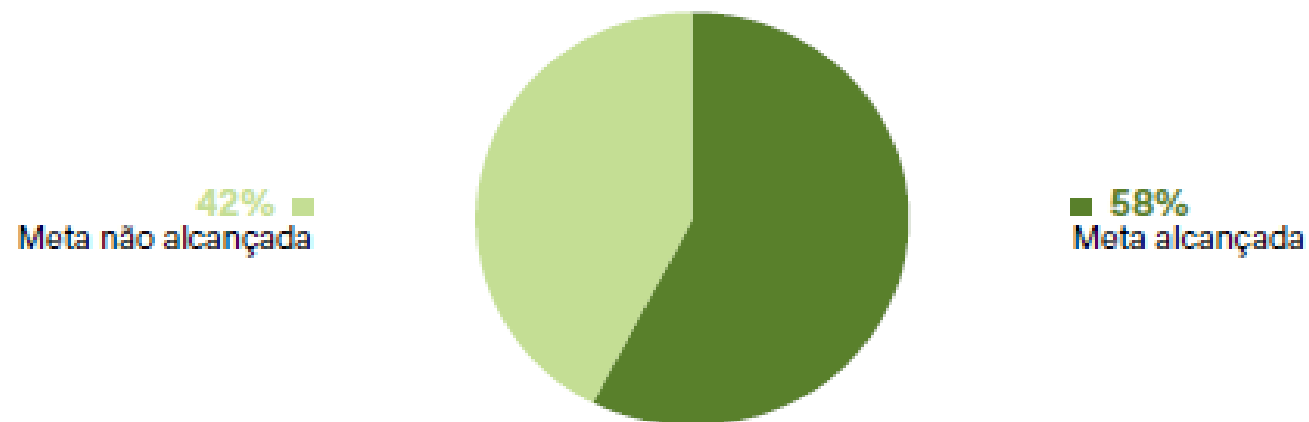


Restrições para o Alcance da Meta do Programa

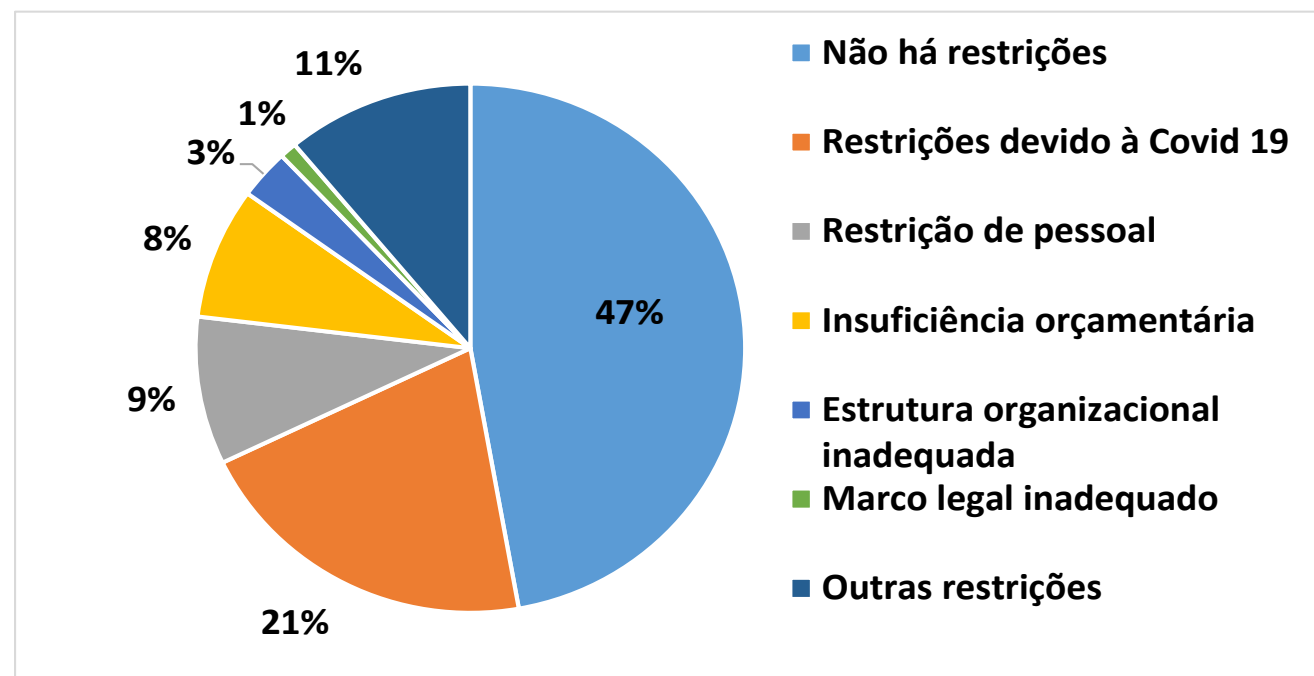


Exemplo de meta qualitativa:
Programa Segurança Institucional: *Elevar o nível de Segurança Institucional mantendo a soberania, salvaguardando os interesses nacionais e garantindo a segurança do Estado e da Sociedade.*

Metas dos Resultados Intermediários



Restrições para o alcance da meta dos Resultados Intermediários



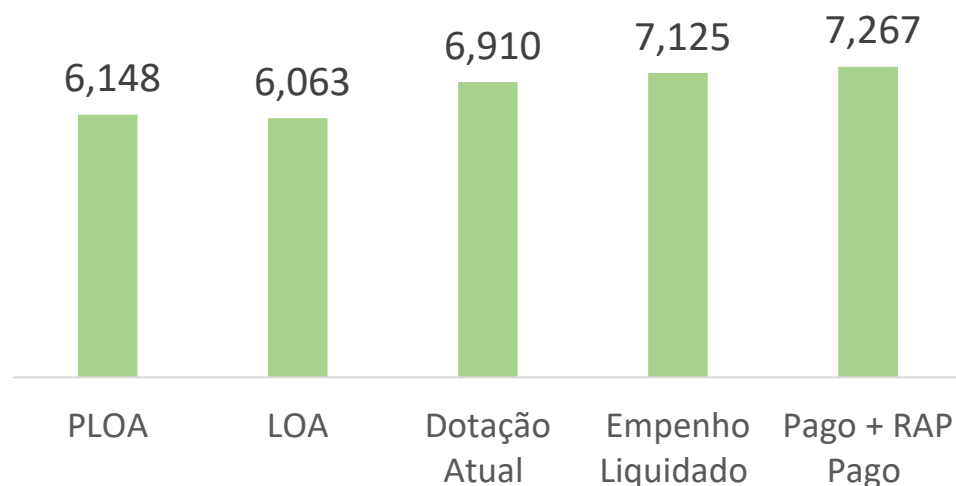
Execução dos 30 projetos prioritários do PPA – ano base 2020

R\$ bilhão

Custo total da carteira de 30 projetos	Valor previsto PPA 2020-2023	Executado 2020 (Pago + RAP pago)
154,4	17,9	7,3

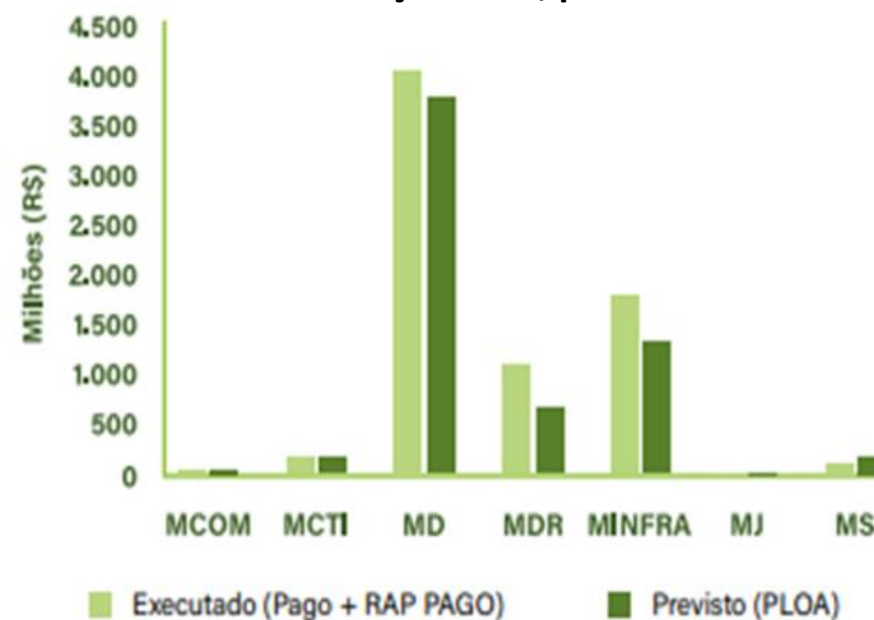
Fonte: SIOP

Execução orçamentária e financeira 2020 (R\$ milhão)



* Devido a questões contábeis que envolvem a variação cambial no exercício, nos projetos do Submarino e do FX-2 o valor empenhado superou a dotação atual.

Execução 2020, por Ministério



Execução dos 30 projetos de investimento prioritários do PPA

Empreendimento	Custo total (R\$ milhão)	Execução física até 2019	Execução física 2020	Execução física até 2020
Ministério da Defesa				
Submarinos Convencionais e Nuclear	37.123,3	50,0%	5,3%	55,3%
Projeto FX-2 - Aquisição Caças	21.409,5	0 un	0 un	0 un
Prog. Estratégico Exército Guarani	20.800,0	412 un	60 um	472 un
KC-390-Aquisição Cargueiros Militares	12.912,2	2 un	2 un	4 un
Programa Nuclear da Marinha	6.834,7	60,0%	2,0%	62,0%
Projeto KC-X	6.643,0	97,1%	1,3%	98,4%
Programa Estratégico ASTROS 2020	2.435,0	54,9%	8,0%	62,9%
Ministério do Desenvolvimento Regional				
Integração do Rio São Francisco (Eixo Norte)	7.354,9	97,0%	0,7%	97,7%
Integração Rio São Francisco (Eixo Leste)	4.426,4	97,0%	0,1%	97,1%
Sistema Adutor Ramal do Agreste PE	1.368,3	67,1%	14,4%	81,5%
Ministério da Saúde				
Centro Processam. Final Imunobiológicos	1.768,0	17,2%	0,2%	17,4%
Centro Desenvolv. Tecnológico Saúde	163,4	50,0%	1,1%	51,1%
MCTI				
SIRIUS - Fonte de Luz Síncrotron	2.250,0	67,2%	4,0%	71,2%
Expansão - Laboratório LNNano	63,6	51,0%	11,0%	62,0%
Ministério das Comunicações				
Proj. Norte e Nordeste Conectados	171,1	10,0%	15,0%	25,0%

Previsão de término no período do PPA

Fonte: SIOP

Continua...

Execução dos 30 projetos de investimento prioritários do PPA

Empreendimento	Custo total (R\$ milhão)	Execução física até 2019	Execução física 2020	Execução física até 2020
Ministério da Infraestrutura				
FIOL (Ilhéus/BA - Barreiras/BA) - EF 334	8.343,7	58,8%	3,2%	62,0%
BR-381/MG - Duplic. - Gov. Valadares - BH	4.699,3	10,3%	9,3%	19,6%
BR-101/AL- Divisa AL/PE - Divisa AL/SE	2.640,0	61,6%	0,9%	62,5%
BR-163/PA-Constr.-Divisa MT/PA-Santarém	2.550,3	84,0%	1,8%	85,8%
BR-163/MT-Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil	2.184,5	88,7%	6,0%	94,7%
BR-116/RS Eldorado do Sul - Pelotas	1.987,4	47,2%	28,8%	76,0%
BR-280/SC-S. Francisco Sul-Jaraguá do Sul	1.363,2	0,0%	2,4%	2,4%
BR-470/SC - Adeq. Navegantes - Rio do Sul	1.197,0	0,5%	43,3%	43,8%
BR-101/BA Divisa SE/BA - Entr. BR-324	1.166,7	18,0%	7,7%	25,7%
Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba	927,2	76,8%	9,0%	85,8%
BR-163/PR - Cascavel -Marmelândia	735,2	53,6%	17,1%	70,7%
BR-163/PR - Adequação - Cascavel - Guaíra	602,0	53,6%	3,1%	56,7%
Porto Pecém - Acesso Rodov.BR-222/CE	210,9	0,0%	22,2%	22,2%
Ministério da Justiça e Segurança Pública				
Penitenciária Fed. em Charqueadas- RS	44,0	5,0%	0,0%	5,0%
Centro Capacitação em Ciências Forenses	38,5	81,0%	15,0%	96,0%

Previsão de término no período do PPA

Fonte: SIOP

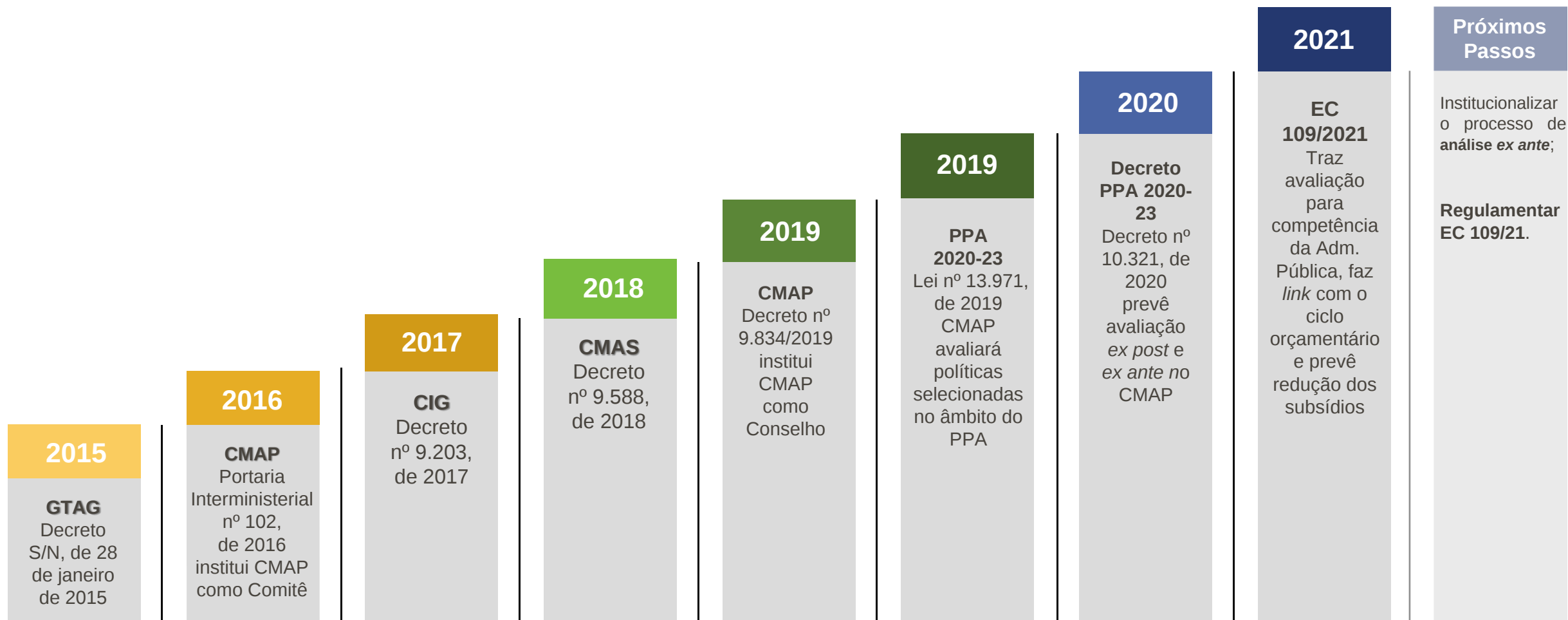
1º Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas



**Governo apresenta
avaliações com
propostas de
aprimoramentos de
políticas públicas.**



O avanço na institucionalização da Avaliação de Políticas Públicas



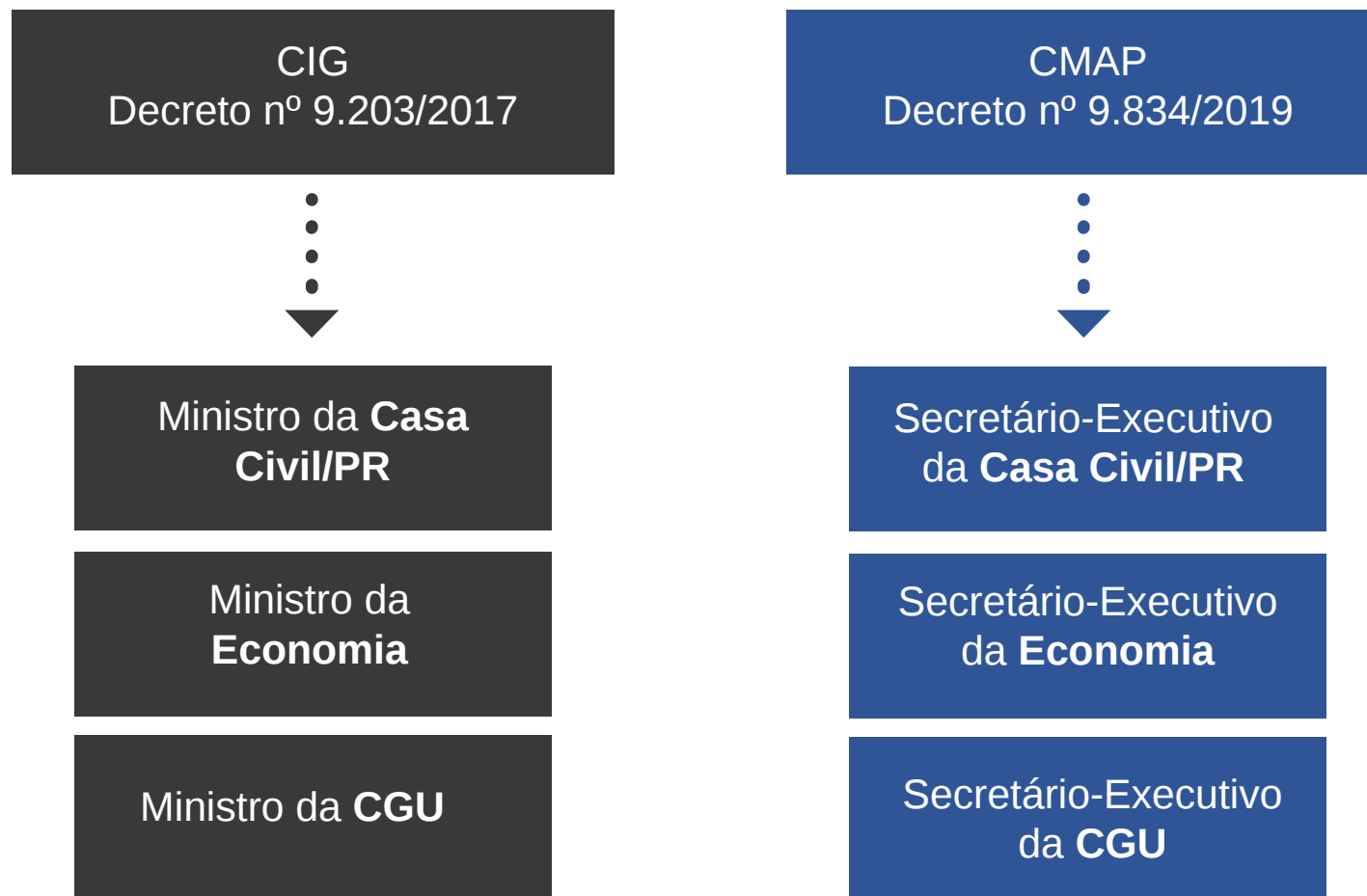
Análises detalhadas sobre políticas públicas específicas e recomendações compõem o Relatório Anual de Avaliação.

CMAP considera critérios de materialidade, criticidade e relevância para selecionar ações orçamentárias e subsídios do PPA a serem avaliados.

Em cada Ciclo do CMAP são avaliados aspectos como **desenho, governança, implementação, resultados, efetividade e eficiência**.

Monitoramento do PPA → análises de indicadores, objetivos e metas dos programas do PPA apresentadas no Relatório de Monitoramento. **A avaliação complementa com análises mais detalhadas** para algumas políticas específicas.

Estrutura do Comitê e Conselho ligados à avaliação no governo federal



Estrutura do Conselho ligado à avaliação no governo federal





Secretaria Especial de Relações Governamentais

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia de Articulação e Monitoramento

Secretaria Federal de Controle Interno



Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ex-membro)

Apoiadores do CMAP

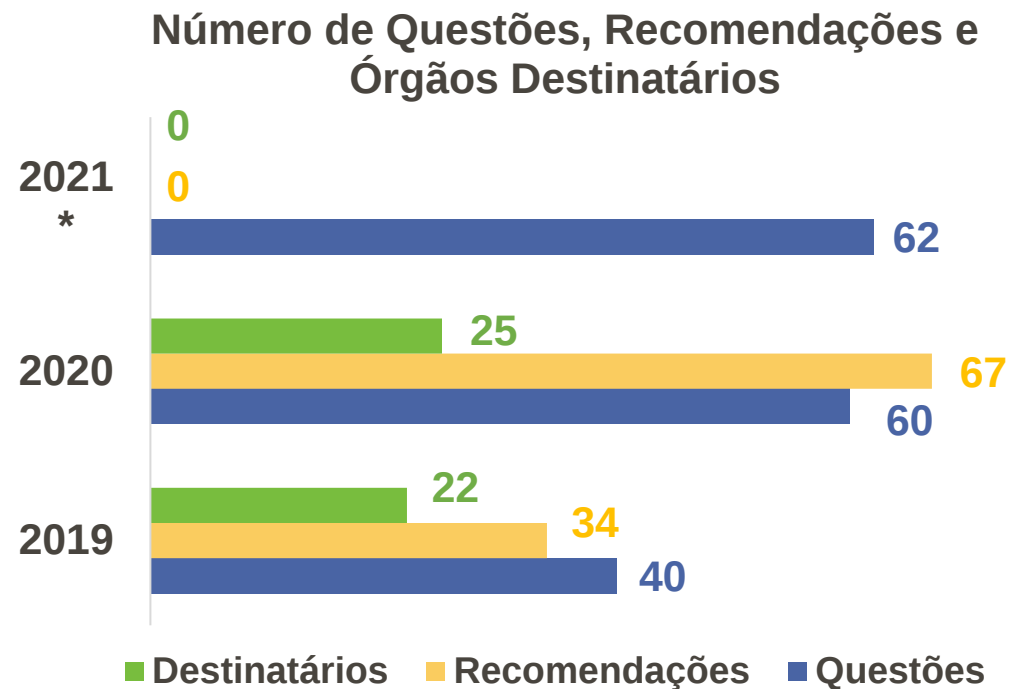
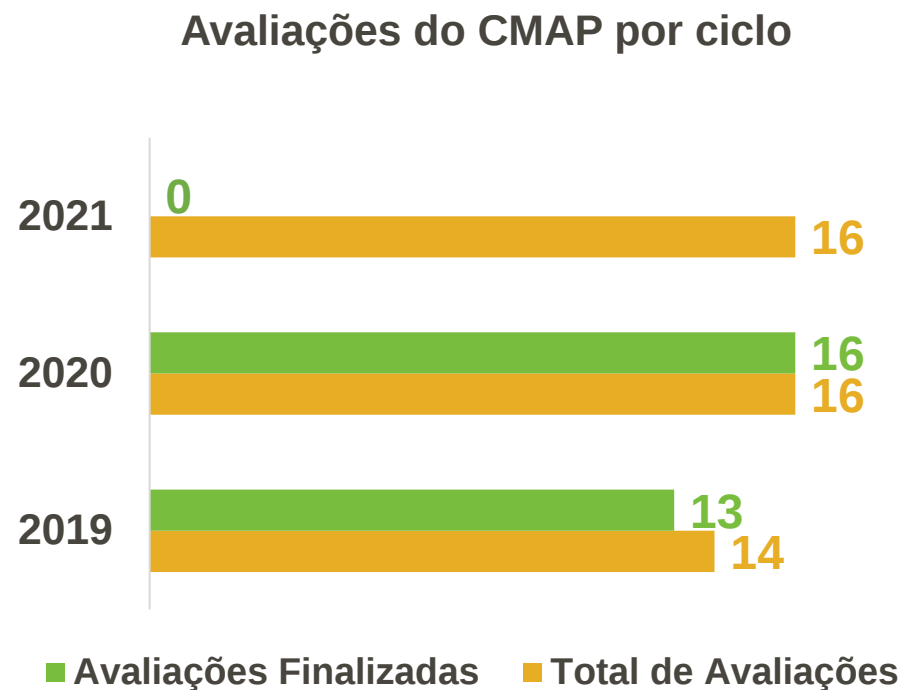


Rede de colaboradores do CMAP





Balanço do CMAP - 2019 a 2021



- **Em 2 anos** do CMAP: **46 avaliações** provenientes de 3 Ciclos, 2019, 2020 e 2021.
- **Mais de 160 questões** em diferentes tipos de avaliação nos 3 Ciclos.
- Ciclo 2019: **34 recomendações para 22 unidades** do governo federal.
- Ciclo 2020: **67 recomendações para 25 unidades** do governo federal.

Gastos Diretos	Subsídios
Judicialização de benefícios do INSS	Zona Franca de Manaus
Seguro Desemprego	Cebas-Educação
Defesa Agropecuária	Lei de Informática
Componente Especial. Assist. Farmac.	Conta Desenvolvimento Energético
Sobreposição de políticas do Min.Cidadania	Fies
	PNMPO (Programa Crescer)
	PROGER
	PROAGRO e PSR

Gastos Diretos

[Benefícios Previdenciários Urbanos](#)

[Alimentação Escolar na Educação Básica \(PNAE\)](#)

[Saúde - Média e Alta Complexidade](#)

[Saúde - Atenção Primária](#)

[Abono Salarial](#) ⚠

[Programa Bolsa Família](#)

[Benefício de Prestação Continuada – BPC](#) ⚠

[Sistema de Controle do Espaço Aéreo \(Sisceab\)](#)

Subsídios

[Leasing de Aeronaves](#)

[Simples Nacional](#)

[Fundos Constitucionais de Financiamento](#) ⚠

[Despesas Médicas](#) ⚠

[Pronaf](#)

[Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente](#) ⚠

[Entidades Filantrópicas – Cebas Saúde](#) ⚠

[Minha Casa Minha Vida](#) ⚠

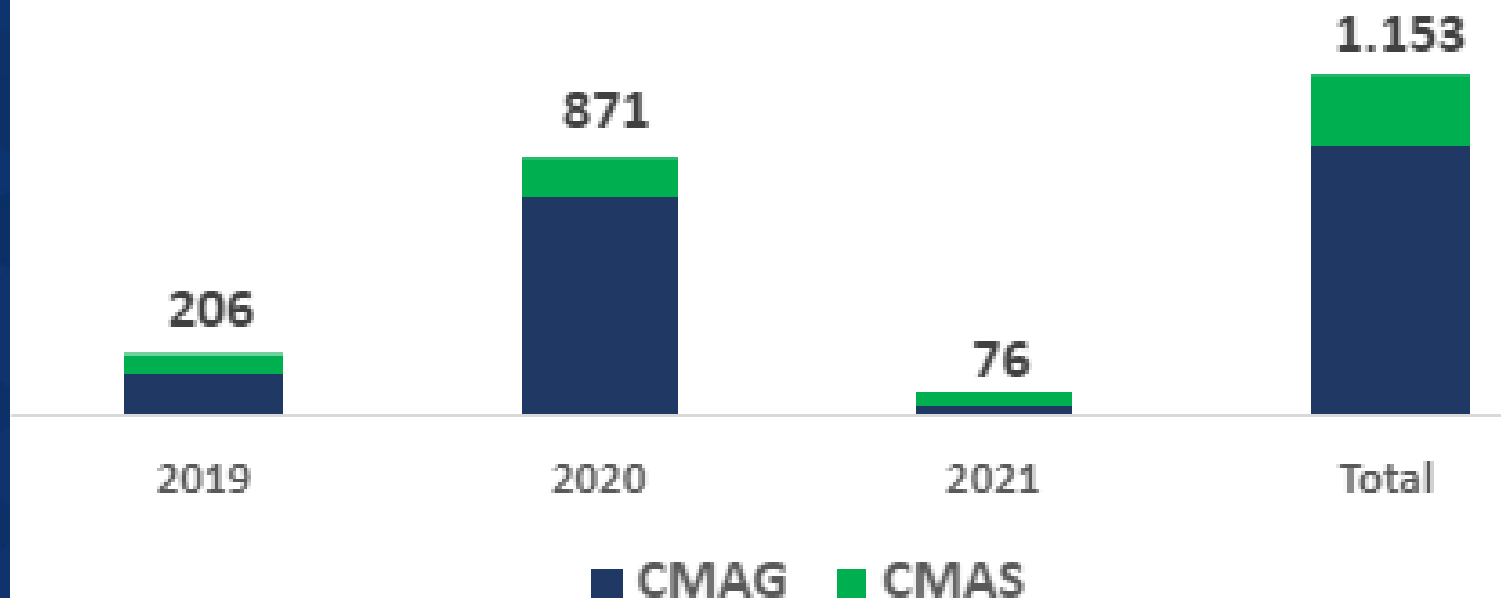
⚠ Necessidade de alteração legal

Gastos Diretos	Subsídios
Rede de Universidades Federais	Desoneração da Cesta Básica
Rede de Instit. Cient. e Tecnológicos	Redução de Tributos para Medicamentos
Segurança Pública	Dedução IRPF Aposentados 65+
Formação em Saúde (Pro-Residência)	MEI
Imunobiológicos e IST	Dedução Despesas Educação do IRPF
Recuperação Ativos da União (Rodovias)	Empréstimos da União ao BNDES
	FAT
	FNDCT

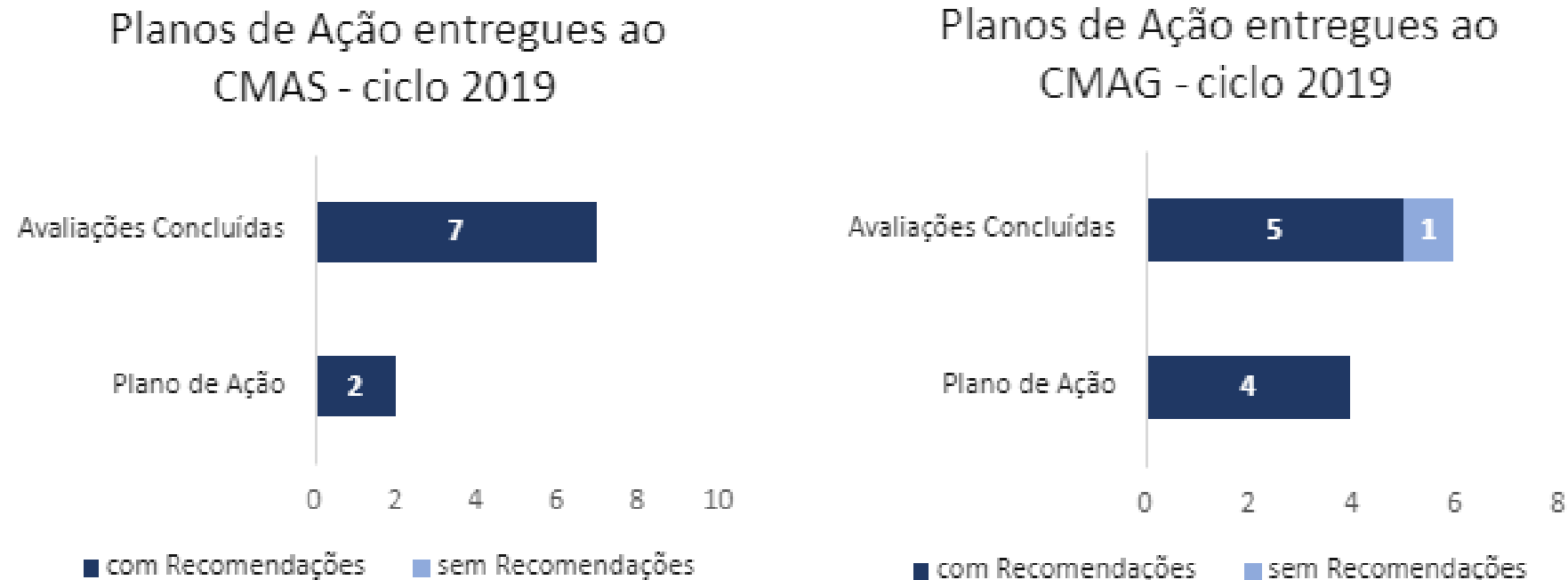
**Ciclo 2019: Políticas
avaliadas “custam”
R\$ 206 bilhões.**

**Ciclo 2020: Políticas
avaliadas “custam”
R\$ 871 bilhões.**

Orçamento das políticas avaliadas pelo CMAP (R\$ bilhões)



Monitoramento das Recomendações do Ciclo 2019



- Gastos Diretos: 6 políticas avaliadas, 5 com recomendações e 80% tem planos de ação*.
- Subsídios: 8 políticas avaliadas, 7 concluídas e apresentam recomendações, 2 com planos de ação**.

*Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), Defesa Agropecuária – Inspeção Animal e Judicialização dos Benefícios pagos pelo INSS.

** (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES).

**A efetividade das
recomendações que
exigem alteração legal
depende de ações
conjuntas do Poder
Executivo e do
Congresso Nacional**





O impacto do processo avaliativo depende em parte de **ações conjuntas dos Poderes Executivo e Legislativo**, no que tange aos aprimoramentos das políticas que se viabilizam por meio de **alterações legislativas**.



20% (ou 21) das (101) recomendações dos Ciclos 2019 e 2020 dependem de **alterações legislativas**.



O cenário vigente de rigidez fiscal aumenta a importância das avaliações como insumo para o Congresso Nacional para proposição e aperfeiçoamento de políticas públicas.

* No ciclo 2019, 14 recomendações exigem alteração legal e no ciclo 2020, são 7.

CMAP fortalece a integração da avaliação de políticas públicas ao planejamento (PPA) e o alinhamento às boas práticas internacionais de governança.



Referenciais metodológicos para avaliações foram produzidos por vários representantes do governo federal



**COORDENADOR:**

Coordena os trabalhos e entrega os resultados da avaliação.

**EXECUTOR:**

Responde às perguntas de avaliação definidas na fase de pré-avaliação.

**SUPERVISOR (Secap):**

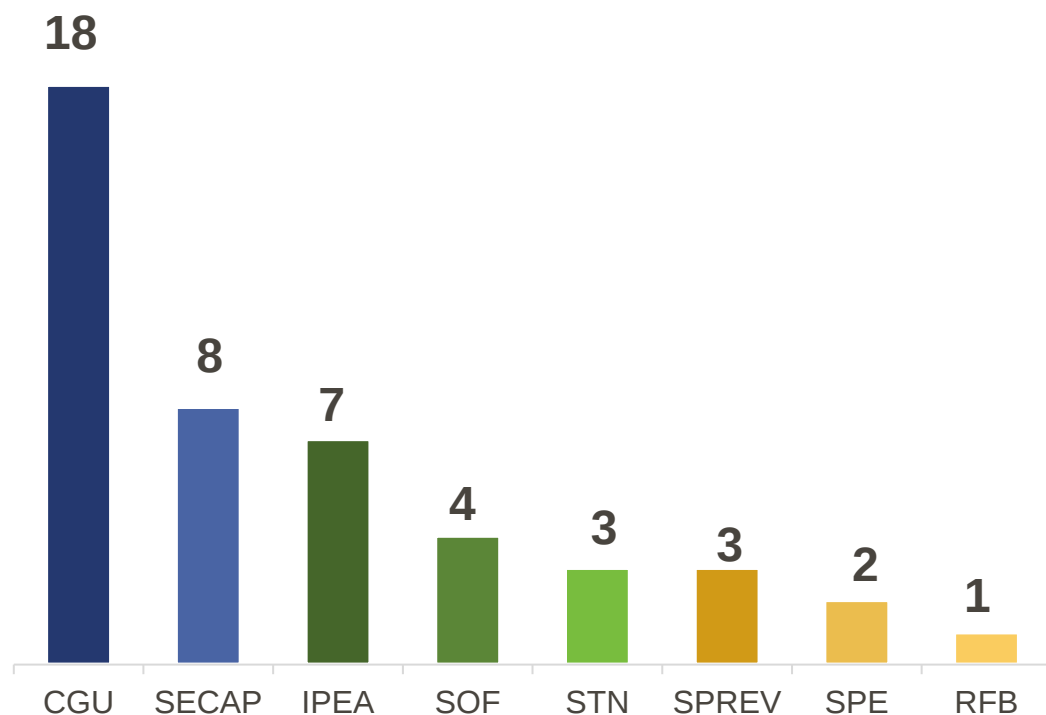
Organiza, assiste as fases da avaliação e facilita a interlocução entre os atores.

**ÓRGÃO GESTOR:**

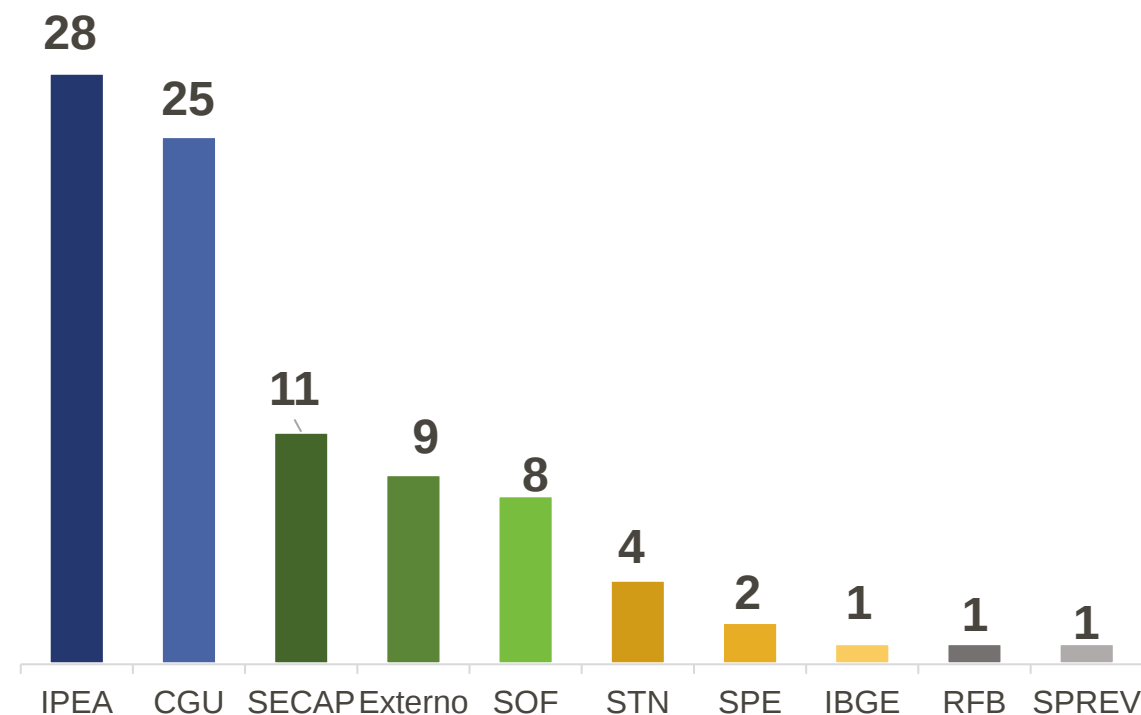
Fornecer informações e dados e é convidado a se manifestar desde o início do processo.

Representantes do governo federal (membros do CMAP) e colaboradores trabalham juntos ao longo de todo o Ciclo de avaliação para aprimorar a política e promover a melhoria da qualidade do gasto público.

**Coordenação das avaliações
do CMAP nos 3 ciclos**



**Execução de avaliações
do CMAP nos 3 ciclos**



- **CGU, IPEA e Secap líderes na coordenação e execução** das avaliações nos 3 Ciclos.
- **Secap supervisiona 100%** das avaliações: 46 avaliações nos 3 Ciclos.

Avaliação mais próxima do planejamento e da execução orçamentária e financeira.



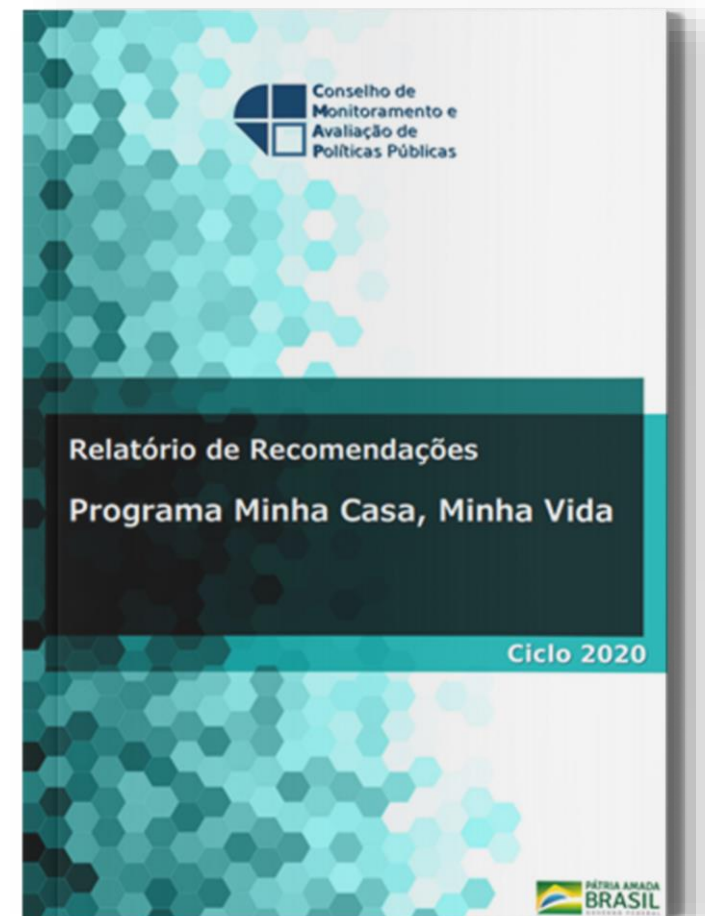
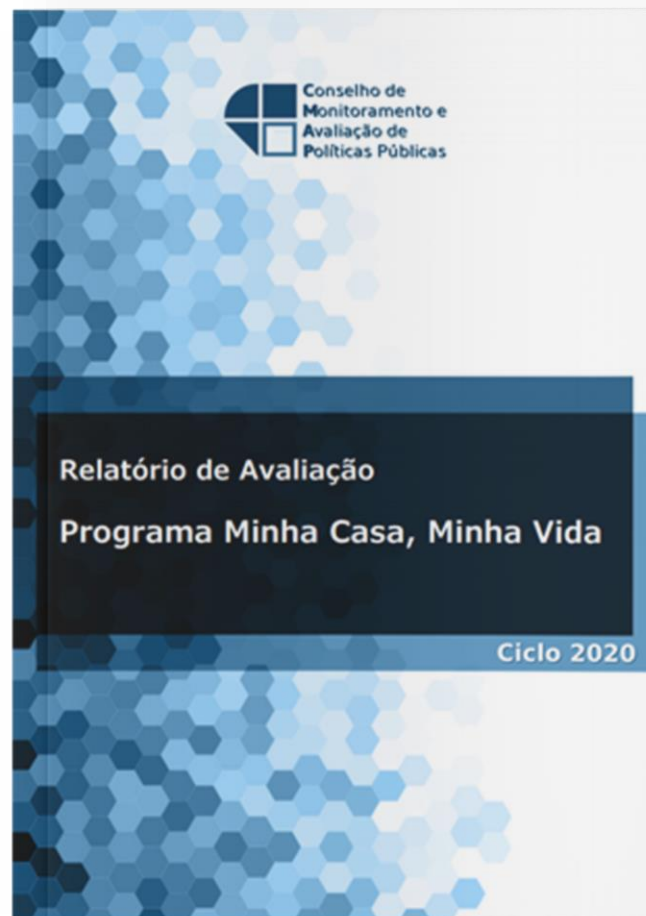


Avaliação em etapas: planejamento, execução, aprovação e divulgação

- ✓ Processo de avaliação é colaborativo desde a fase de pré-avaliação até a fase de divulgação.
- ✓ O monitoramento das recomendações é o processo complementar ao da avaliação.



**Produtos do CMAP
mostram resultados
das avaliações:
transparência para
sociedade
brasileira.**



Produtos da Secap mostram resultados das avaliações: transparência para sociedade brasileira



Produtos do CMAP repercutem na mídia: transparência para sociedade brasileira



Obrigado!

CONTATO Secap/ME

 (61) 3412-1802/ 3412-2358

 bit.ly/Secap

 secap@economia.gov.br

CONTATO CMAP

 (61) 3412-1802/ 3412-2358

 www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap

 cmmap@economia.gov.br

Anexo - Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP





Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Previdência Urbana

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ Intensa **progressividade** para todos os tipos de aposentadoria no âmbito do **RGPS em 2018**
- ✓ Índícios de **regressividade** no âmbito do **RPPS** dos servidores da União **em 2018**

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ❑ **SPREV:** Recomenda-se o cálculo periódico dos indicadores taxa de reposição e taxa interna de retorno, para permitir o acompanhamento da evolução da equidade.

Resultados TR no RGPS

Quarto	Sexo	Programa das	AI	ATC	ATC com fator	Incapacidade permanente	Total
1º	Masculino	126,8%	111,4%	163,3%	157,3%	135,2%	129,4%
	Feminino	107,0%	103,9%	129,0%	120,9%	107,8%	107,2%
	Total	112,8%	105,8%	146,1%	140,8%	119,7%	114,4%
2º	Masculino	100,2%	89,5%	110,7%	102,3%	111,3%	103,7%
	Feminino	86,9%	83,1%	94,6%	84,3%	91,3%	87,6%
	Total	92,1%	85,1%	102,6%	94,2%	103,0%	94,6%
3º	Masculino	81,2%	72,9%	85,0%	76,3%	90,2%	83,1%
	Feminino	71,9%	64,6%	78,7%	63,6%	69,3%	71,5%
	Total	77,2%	68,4%	82,7%	72,4%	83,8%	78,4%
4º	Masculino	57,8%	52,7%	58,6%	53,6%	62,6%	58,3%
	Feminino	54,8%	47,9%	57,3%	47,1%	46,3%	54,2%
	Total	56,6%	50,2%	58,2%	51,7%	57,7%	56,7%
Total	Masculino	86,1%	87,8%	85,3%	76,1%	104,8%	90,2%
	Feminino	85,8%	87,6%	83,1%	71,0%	92,3%	86,8%
	Total	86,0%	87,6%	84,4%	74,3%	99,5%	88,5%

R\$ 570,4 bilhões, sendo 84% do RGPS urbano e o restante RPPS da União.

22,3 milhões benefícios urbanos (dez/2020), 87% do RGPS urbano



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP

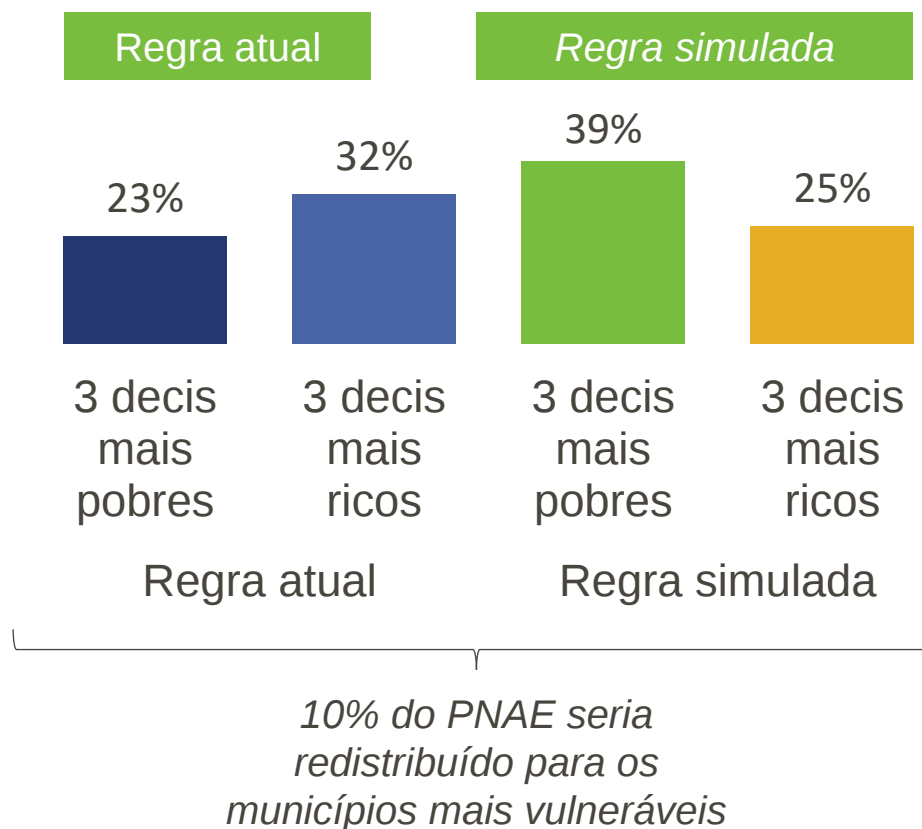


PNAE – Alimentação escolar

- **Baixa focalização** do PNAE nos entes federados **mais pobres**.
- Alimentação Escolar é proporcionalmente **mais consumida** pelos alunos mais **vulneráveis** (negro, menor renda domiciliar e zona rural - Dados PeNSE/IBGE).

Recomendação:

FNDE: aperfeiçoar o critério de repasse do PNAE, focalizando parte dos recursos nos locais com menor receita própria e piores condições socioeconômicas.



R\$ 4,3 bilhões repassados (2020)

40,5 milhões de alunos alvo (2020)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Média e Alta Complexidade em Saúde

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ localidades com mais serviços de saúde tendem a receber mais recursos federais
 - aportes federais são menores em regiões com rede de saúde menos desenvolvidas
- ✓ regiões e macrorregiões de saúde sem cobertura de alguns procedimentos de média e alta complexidade
- ✓ distâncias médias percorridas pelos pacientes atendidos são elevadas em alguns procedimentos e regiões
 - Hemodiálise: Regiões Sudeste e Sul, 50% percorrem mais de 50 km e, na região Norte, mais de 120 km.

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ❑ **Ministério da Saúde:** Definir estratégia para coordenar, em nível nacional, as discussões voltadas à revisão do modelo de financiamento federal da MAC.
- ❑ **Ministério da Saúde:** Estabelecer parâmetros de deslocamentos territoriais para alguns procedimentos, criar e dar transparência a um sistema de monitoramento de indicadores de acesso geográfico.

R\$ 45 bilhões de transferência
federal (em 2019)

+ 4.000 tipos de
procedimentos

12,1 milhões de internações
3,7 bilhões de procedimentos ambulatoriais (2019)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Atenção Primária à Saúde

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ Novo modelo de financiamento federal da APS (Previne Brasil): poderá ter perdedores e ganhadores de recursos quando comparado ao modelo de distribuição anterior
- ✓ Tempo de permanência médio na mesma equipe: 2 anos para médicos e 2,6 anos para enfermeiros

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ❑ **Ministério da Saúde: Monitorar e dar transparência aos impactos do Previne Brasil**, para analisar seu efeito na redução das disparidades regionais, e subsidiar, no âmbito da CIT, possíveis ajustes na regra de distribuição.
- ❑ **Ministério da Saúde: Apresentar plano de ação:** da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), prevendo conjunto de indicadores de monitoramento e avaliação e contemplando processos para mitigar a descontinuidade dos profissionais médicos; e; para melhorar a inserção dos enfermeiros na APS.

R\$ 23,5 bilhões em 2019 (transferências federais)

52,7 mil equipes
75,4% de cobertura populacional



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP

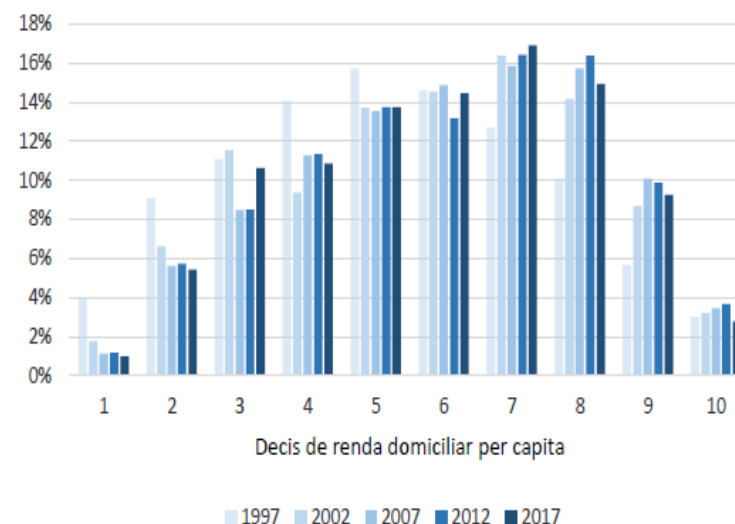


Abono Salarial

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- Não há definição clara e atualizada do objetivo da política.
- A focalização da política é mais genérica que a de seus pares internacionais em termos da população-alvo.
- Programas similares internacionais costumam excluir do rol de beneficiários os trabalhadores de renda familiar elevada, enquanto o Abono exclui somente os trabalhadores com alta remuneração individual.

Distribuição do Abono Salarial por Decil de Renda



Fonte: PNAD (1997 a 2012) e PNAD Contínua (2017). Elaboração: STN

Recomendações

- ❑ **STRAB:** Avaliar a possibilidade de explicitar os objetivos do Abono Salarial na Lei nº 7.998/1990.
- ❑ **STRAB:** Avaliar a criação de limite máximo de renda familiar per capita para direito ao benefício, bem como de outros critérios que permitam direcionamento da política às populações com maior resposta ao incentivo de permanência no mercado formal.

R\$ 19,3 bilhões (2020)

25 milhões pessoas com direito ao benefício (Calendário 2020/2021)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Bolsa Família

Efeitos positivos sobre educação e saúde das crianças

- ✓ aumenta a frequência e a matrícula escolar e, no caso das crianças de zero a cinco anos, a altura.

Boa focalização do Programa Bolsa Família faz com que o

- ✓ principal obstáculo à maior efetividade na redução da pobreza esteja no valor médio dos benefícios.

Recomendação:

Ministério da Cidadania, com o apoio dos Ministérios da Educação e da Saúde: Fortalecer os mecanismos de incentivo ao cumprimento das condicionalidades de educação e saúde.

Ministério da Cidadania: Estudar formas de promover a efetividade do Programa Bolsa Família, tais como estratégias de permanência das crianças na escola, promoção da saúde dos dependentes e **valorização dos benefícios**, sem prejuízo da regras fiscais em vigor.

R\$ 29 bilhões em 2020.

13,2 milhões de famílias beneficiárias
(jan/2020)

41 milhões de pessoas beneficiárias
(jan/2020)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Benefício de Prestação Continuada

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ Baixa Capacidade de Atendimento do INSS.
- ✓ Existência de estoques elevados de BPC pendentes de análise conclusiva.
- ✓ Existência de oportunidades relacionadas à adoção do conceito de família do CadÚnico, para avaliação da elegibilidade ao BPC:

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ❑ **INSS:** Avaliar o perfil dos requerimentos pendentes de análise, priorizando os processos com maior atraso.
- ❑ **Ministério da Cidadania:** realizar avaliação sobre a viabilidade de adoção do conceito de família do Cadastro Único para a gestão do BPC.

R\$ 61,7 bilhões em 2020 (liquidado)

4,84 milhões de beneficiários (jul/2020), 43,2% idosos, 53,3% com deficiência e 3,5% referentes à antecipação



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ Brasil está em situação equiparável, e às vezes melhor, em relação a países com espaço aéreo vasto e movimentado como, por exemplo, Austrália, Estados Unidos e China. Contudo há ausência de modelo lógico e insuficiência de indicadores que evidenciem os resultados e impactos
- ✓ Empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil), criada para prestar serviços de navegação aérea em 2019, ainda não teve regulamentada a sua governança.

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ❑ **DECEA: Produzir modelo de governança da NAV e estratégia de implementação**, visando mitigar sobreposições e lacunas de funções ou atividades e observando equilíbrio orçamentário.
- ❑ **DECEA : Implementar** nas rotinas administrativas, de forma sistematizada, a mensuração, o monitoramento, a avaliação e a publicização dos **indicadores da Matriz Lógica**.

R\$ 1,8 bilhão em 2021

22 milhões de km² de espaço aéreo



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Leasing de Aeronaves

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ O diagnóstico que fundamentou o subsídio era genérico (“elevado custo Brasil”) e o instrumento foi concebido sem definição de objetivos, metas, contrapartidas, mecanismos de monitoramento, avaliação ou modelo de governança.
- ✓ Não foram identificadas definições sobre responsáveis diretos pela governança, implementação, monitoramento e avaliação da política.
- ✓ Participação do gasto com *leasing* de aeronaves nos custos das companhias aéreas: de 7,6% (2009) para 12,9% (2018).
- ✓ Na vigência do subsídio, a frota aérea foi ampliada e modernizada, com a participação das aeronaves operadas por leasing elevando-se de 43% do total para 94% do total da frota.
- ✓ Houve ganhos de produtividade, queda de preços e ampliação do mercado de aviação civil, em um contexto de grandes transformações promovidas pela desregulação e liberalização do setor
- ✓ Não é possível inferir causalidade entre subsídio e resultados, pois não foi realizada uma avaliação de impacto.

Recomendação:

- ❑ Não foram aprovadas recomendações, pois a política foi descontinuada.

R\$ 861 milhões de Gasto Tributário (2019)

94% da frota foi adquirida por *leasing* (2018)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Simples Nacional

Problemas de Governança:

- ✓ Não formulação da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas.
- ✓ Falta de definição de uma estrutura efetiva de governança das políticas de incentivo às MPE, nelas incluídas o Simples Nacional.

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ☐ **Ministério da Economia** induza objetivamente a formulação da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPE ampla e abrangente .
- ☐ **Ministério da Economia** defina qual a estrutura de governança/gestão das políticas de incentivo às MPE, nelas incluídas o Simples Nacional, estabelecendo os atores envolvidos, seus papéis e responsabilidades e garantindo a adequada interlocução entre as discussões de caráter tributário e não tributário e entre os diferentes níveis da Federação.

R\$ 83,2 bilhões de Gasto Tributário (2020)

1,1% do PIB Maior subsídio (2020)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FCF)

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ A sustentabilidade financeira dos FCF é impactada negativamente em razão do desequilíbrio entre receitas (encargos) e despesas (taxa de administração, *del credere*, bônus de adimplência e renúncias de renegociação).
- ✓ Ao longo de 15 anos, o *del credere* pago superou os valores ressarcidos em mais de R\$ 20 bilhões.

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ❑ **Ministério do Desenvolvimento Regional:** coordenar com as Superintendências, avaliação periódica da sustentabilidade financeira dos FCF, declarando sua trajetória nas programações financeiras anuais à luz dos parâmetros adotados e que definem os principais componentes de receitas e despesas.
- ❑ **Ministério da Economia e Ministério do Desenvolvimento Regional:** propor alteração legal visando redefinir o teto de pagamento do *del credere* pelos FCF com previsão de regulamentação mediante instrumento infralegal que assegure a consistência entre os valores pagos e os riscos assumidos pelas Instituições Financeiras na operação das respectivas carteiras de crédito, considerando o perfil de risco decorrente das programações financeiras, as metas de adimplência previstas e, se for o caso, a incidência dos tributos sobre os valores recebidos e os respectivos custos de capital.

R\$ 8,5 bilhões
de impacto sobre o teto dos gastos (2020)

45 bilhões
de aplicações em projetos (2019)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Dedução de Despesas Médicas do IRPF

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ O benefício é regressivo do ponto de vista distributivo.
- ✓ O valor de renúncia tem sido crescente nos últimos anos; os efeitos preço e demográfico tendem a elevar a renúncia fiscal em 65% em termos reais até 2030 (com relação ao ano-base de 2018).
- ✓ O aumento da demanda do SUS (em pessoas) devido a uma hipotética reversão da medida variaria entre 0,25% e 2,0% do total atualmente atendido (111,4 milhões - estimativa com base na PNS 2019).
- ✓ Estima-se uma despesa adicional entre R\$ 720 milhões e R\$ 5,78 bilhões para atender ao aumento da demanda estimada de novos usuários no SUS, valor inferior ao gasto tributário estimado pela Receita Federal para a dedução de despesas médicas do IRPF para o ano de 2019, igual a R\$ 17,46 bilhões.

Recomendação:

- ❑ **RFB:** Acompanhar a tramitação do PL 2.337/21, que contempla a reforma tributária, visando as possibilidades de reavaliação da política, à luz dos achados.

R\$ 18,3 bilhões de Gasto Tributário (2020)

88% do subsídio é apropriado pelos 20% mais ricos



Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ Fragilidades no acompanhamento e monitoramento do Programa, faltando estabelecimento de competências, responsabilidades, rotinas e procedimentos, em particular quanto a operações inadimplentes. Ausência de dados e de avaliações, falhas nos normativos vigentes e falta de tempestividade para a adoção de providências.
- ✓ Baixo efeito sobre a diversificação produtiva: financiamento acompanha a estrutura produtiva local, reforçando as atividades já praticadas. Discricionariedade das instituições financeiras também tende a privilegiar atividades baseadas em monocultivos com menor risco de inadimplência.
- ✓ Dificuldade de acesso ao programa devido à burocracia envolvida no cadastramento atual via Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que também apresenta fragilidades ou irregularidades.

Entre o que foi recomendação, tem-se:

☐ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Acelerar a implementação do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.
- Aprimorar o acompanhamento e monitoramento da execução do PRONAF, em particular, avançando na questão de repasse de sigilo bancário das operações de crédito, permitindo que os órgãos envolvidos em sua governança tenham acesso aos dados mais analíticos.
- Incentivar a diversificação produtiva mediante ação de fomento articulada com a política de assistência técnica e extensão rural para agricultores de baixa renda, voltada à produção de alimentos.



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente

Achados:

- ✓ 60% dos beneficiários encontram-se entre os 5% mais ricos da população adulta;
- ✓ Os beneficiários contam com outras fontes de rendimento – em torno de 50% da renda – sendo estas dominantes no topo da distribuição dos beneficiários;
- ✓ A população beneficiada representa tão somente 5,4% do universo de doentes idosos;
- ✓ O gasto tributário do governo federal com estes 5,4% dos doentes idosos é 3 vezes maior do que o gasto direto com toda a população de 60 anos e mais portadora dessas doenças.
- ✓ Considerando R\$ 10 bilhões como o valor adicional na arrecadação, caso a isenção deixe de existir, são quase 4 vezes o que se dispende em vigilância epidemiológica no nível federal e um montante não distante do que se gasta no nível federal com o tratamento e hospitalização dessas doenças.

Recomendação:

- ☐ **Receita Federal:** Acompanhar a tramitação do PL 2.337/21, que contempla a reforma tributária, visando as possibilidades de reavaliação da política, à luz dos achados.

R\$ 12,9 bilhões de Gasto Tributário (2017)

707,5 mil beneficiários (2017)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Entidades Filantrópicas – Cebas-Saúde

Entre o que foi encontrado, tem-se:

- ✓ Induz oferta em localidades ou especialidades que não são atendidas pela rede pública de estabelecimentos. Entretanto, insegurança jurídica pode reduzir exigências para que entidades façam jus ao benefício.
- ✓ Benefício tributário não é proporcional às entregas das entidades em favor do SUS.
- ✓ Mecanismos de monitoramento insuficientes para identificar e acompanhar os resultados obtidos da política.
- ✓ Elevados gastos de pessoal e recebimentos de origem não pública nos hospitais pequenos e médios (menos eficientes).

Entre o que foi recomendação, tem-se:

- ❑ **CC:** Coordenar elaboração: (i) PLP: imunidade seja usufruída por entidades que se dedicam apenas ao SUS; (ii) PL: isenção tributária para as que dedicam parte dos seus serviços ao SUS (qt. mínima de serviços, contratualização e transparência).
- ❑ **MS:** **1.** Instituir sistema de M&A da atuação das entidades privadas pelo SUS. **2.** Ampliar a produção/divulgação de informações das ações de atenção à saúde prestadas pelas entidades privadas. **3.** Coletar/divulgar informações de recebimentos de recursos públicos pelos prestadores privados contratados pelo SUS (gastos tributários e pagamentos recebidos). **4.** Induzir a qualificação gerencial em hospitais de pequeno porte com certificação CEBAS.
- ❑ **ME:** Enviar informações fiscais e tributárias das entidades aos gestores responsáveis pelo processo de certificação.

R\$ 9,3 bilhões de Gasto Tributário (201)

1548 Entidades com CEBAS Saúde (2019)



Síntese dos resultados das avaliações e recomendações do CMAP



Programa Minha Casa, Minha Vida

Problemas de seleção de beneficiários, governança e efetividade:

- ✓ Moradias (FAR) em locais com pouca acessibilidade a emprego, pior que aglomerados subnormais (como favelas). Necessidades habitacionais também variam muito de estado para estado, e entre capitais, regiões metropolitanas e interior.
- ✓ Nas moradias custeadas pelo FAR, 17,5% não residiam no imóvel recebido.
- ✓ Faltam normativos para MDR corrigir problemas, como atuação do Agente Operador (Caixa) e aportes para retomada de obras paralisadas.

Recomendação:

- ❑ **Ministério do Desenvolvimento Regional:** (i) Construir metas segregadas por capital, região metropolitana e interior (ii) incluir público alvo no Cadastro Único (iii) revisão de normativos do FAR (iv) melhorar acompanhamento de imóveis no pós-entrega.
- ❑ **Ministério da Economia e Ministério do Desenvolvimento Regional:** Estabelecer uma estratégia conjunta de disponibilização de imóveis ociosos da União para a produção de conjuntos habitacionais, por meio do Programa Casa Verde Amarela priorizando o foco no público da antiga “Faixa 1” do PMCMV.

R\$ 129,8 bilhões
de Subsídios Públicos (até 2019)

+ 4 milhões
de moradias entregues até 2019



Orçamento das Políticas avaliadas no Ciclo 2020

Gastos Diretos	Orçamento 2021 (R\$ milhões)	Subsídios	Orçamento 2021 (R\$ milhões)
Prev. Urbana	529.548	Leasing de Aeronaves	1.097
PNAE	4.059	Simples Nacional	74.301
MAC	57.625	FCF	8.128
APS	32.294	Despesas Médicas	18.150
Abono Salarial	10.772	Pronaf	2.098
PBF	34.858	Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente	15.331
BPC	64.710	Cebas Saúde	15.262
Sisceab	1.882	Minha Casa Minha Vida	512





Políticas avaliadas no Ciclo 2020 que necessitam de alteração legal

Gastos Diretos	Instrumento	Subsídios	Instrumento
Abono Salarial	Lei nº 7.998/1990	FCF	Lei nº 10.177/2001
		Despesas Médicas	Lei nº 9.250/1995
BPC	Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011	Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente	Lei nº 7.713/1988
		Cebas Saúde	Lei nº 12.101/2009
		Minha Casa Minha Vida	Lei nº 10.188/2001

Ministério da Economia
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento
Secretaria de Orçamento Federal

PLOA 2022

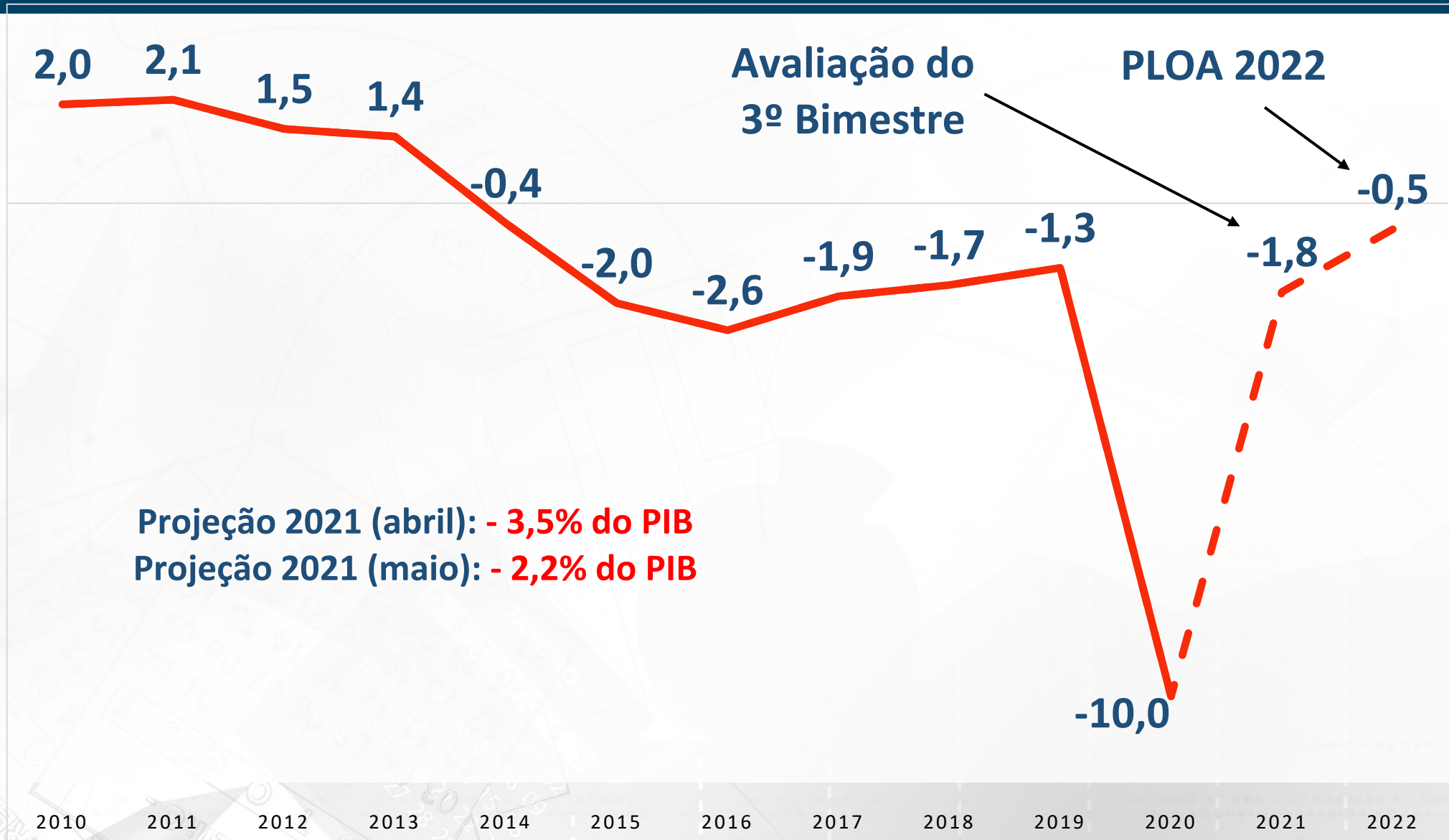
Sumário Executivo (1/2)

- A Proposta Orçamentária para 2022 apresenta déficit primário para o Governo Central de R\$ 49,6 bilhões, abaixo da meta estabelecida na LDO 2022 de déficit de R\$ 170,5 bilhões.
- A insuficiência para cumprimento da regra de ouro atinge R\$ 105,4 bilhões.
- Contempla a integralidade das sentenças judiciais informadas pelo Poder Judiciário no montante de R\$ 89,1 bilhões.
- Reforça recursos na ordem de R\$ 10,7 bilhões para a Saúde, sendo R\$ 7,1 bilhões em ações contínuas de combate à pandemia de Covid-19.

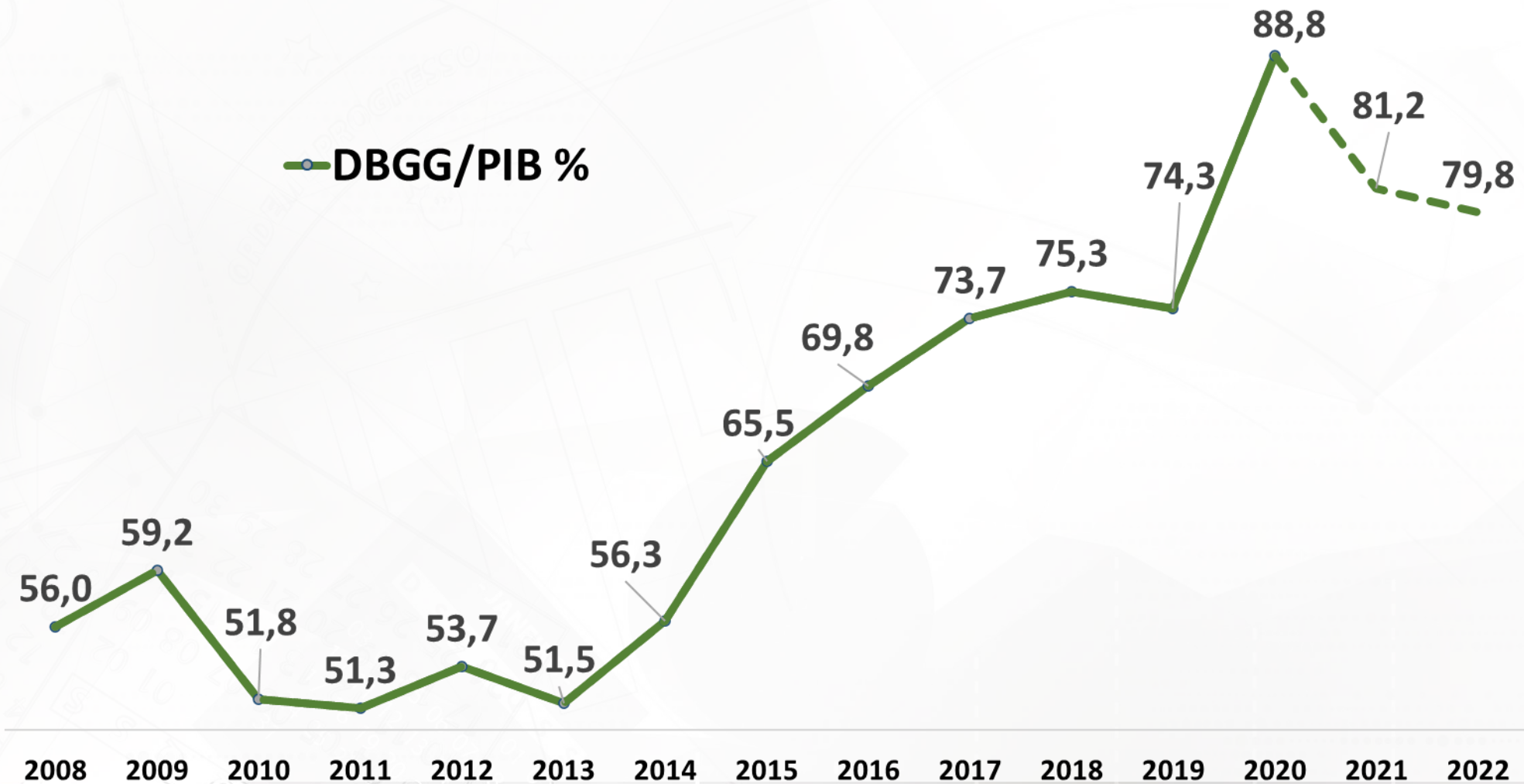
Sumário Executivo (2/2)

- Prioriza investimentos em andamento no Poder Executivo, bem como o atendimento à (ao):
 - ✓ Realização do Censo Demográfico em 2022.
 - ✓ Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, com a incorporação da receita prevista para o fundo em 2022 no valor de R\$ 8,5 bilhões.
 - ✓ Auxílio Brasil, no mesmo nível de recursos previstos para o Bolsa Família em 2021.

Evolução do Resultado Primário do Governo Central - % do PIB



Evolução da Dívida Pública - % do PIB



Principais Premissas das projeções

- Consideração dos efeitos da reforma tributária – PL 2337/2021 original: neutralidade na arrecadação.
- Considera reajuste do salário mínimo pela inflação.
- Considera o fim da compensação ao RGPS em 2021, conforme legislação em vigor, restando um resíduo em 2022 de R\$ 3,2 bilhões, relativos aos 4 últimos meses de 2021.
- Inclui sentenças judiciais encaminhadas pelo Poder Judiciário no valor de R\$ 89,1 bilhões.
- Não considera receitas de privatizações das estatais.

Parâmetros Econômicos

Parâmetros	2020	2021		2022	
	Realizado ⁽¹⁾	LOA ⁽²⁾	Avaliação 3º Bimestre ⁽³⁾	LDO ⁽¹⁾	PLOA ⁽³⁾
PIB real (%)	-4,06	3,20	5,30	2,50	2,51
PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	7.811,4	8.636,3	8.886,4	9.397,4
IPCA acum (%)	4,52	3,23	5,90	3,50	3,50
INPC acum (%)	5,45	3,20	6,20	3,50	3,42
IGP-DI acum (%)	23,08	4,38	17,40	3,57	4,72
Taxa Over - SELIC acum (%)	2,64	2,05	3,76	4,74	6,63
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	5,16	5,30	5,20	5,15	5,15
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	42,30	42,31	69,81	60,95	70,03
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.045,0	1.088,0	1.100,0	1.147,0	1.169,0
Massa Salarial Nominal (%)	-2,34	5,01	2,68	8,77	8,94

(1) Grade de Parâmetros de 12-03-21

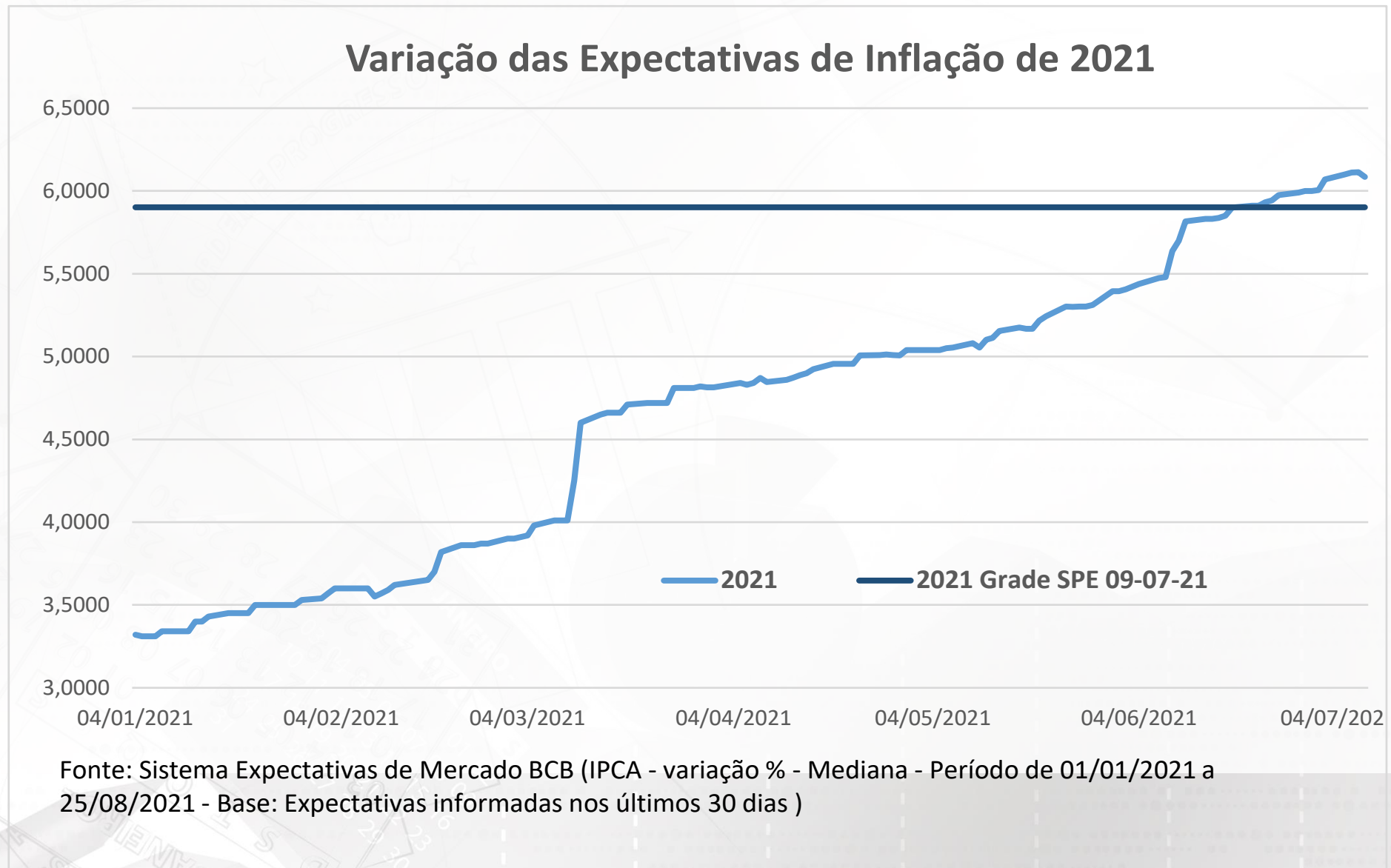
(2) Grade de Parâmetros de 09-11-20

(3) Grade de Parâmetros de 09-07-21

Fonte: SPE/SETO/ME.

Elaboração: SOF/SETO/ME.

Parâmetros Econômicos: a questão da volatilidade



Parâmetros Econômicos: a questão da volatilidade



Resultado Primário do Governo Central

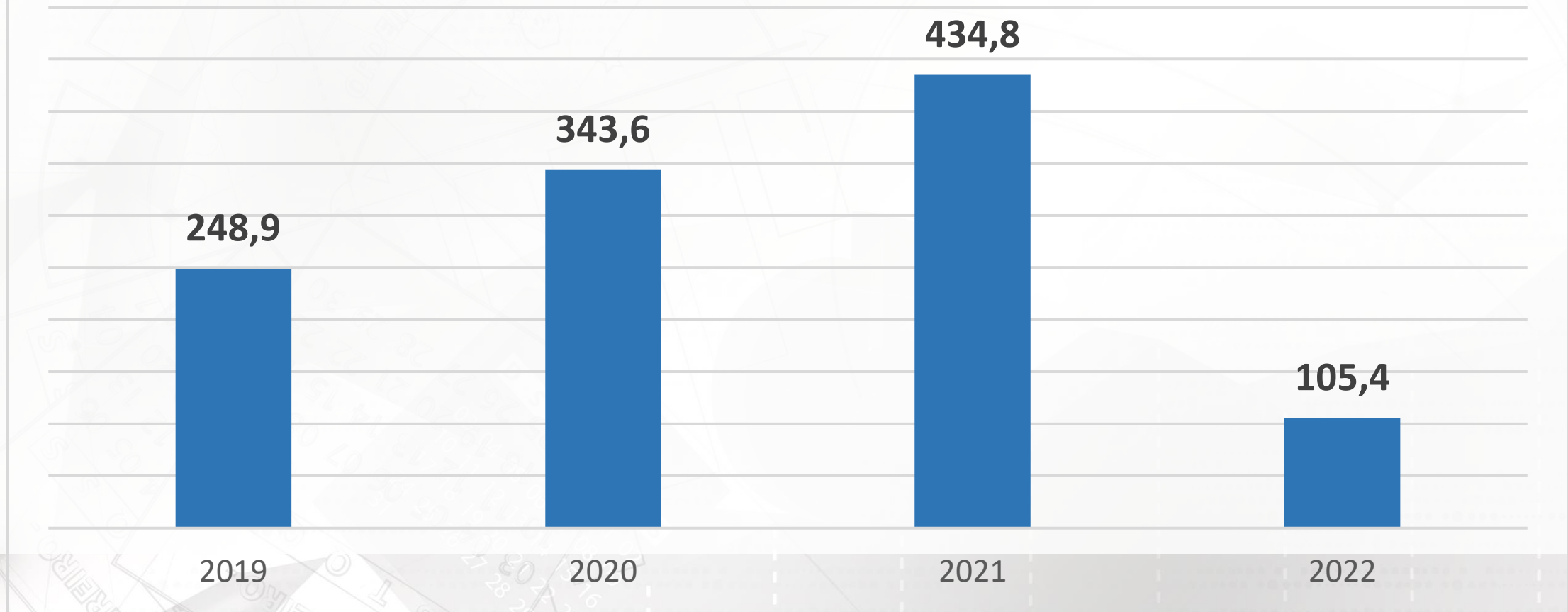
Discriminação	2020*		Av. 3º Bimestre 2021		LDO 2022		PLOA 2022	
	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.467,8	19,7	1.816,3	21,0	1.772,5	19,9	1.958,8	20,8
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	263,8	3,5	339,9	3,9	321,9	3,6	361,8	3,9
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.203,9	16,2	1.476,4	17,1	1.450,6	16,3	1.596,9	17,0
IV. DESPESAS	1.947,0	26,1	1.631,5	18,9	1.621,0	18,2	1.646,5	17,5
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	(743,1)	(10,0)	(155,1)	(1,8)	(170,5)	(1,9)	(49,6)	(0,5)
V.1. Resultado do Tesouro e do Banco Central	(484,0)	(6,5)	110,5	1,3	117,5	1,3	233,0	2,5
V.2. Resultado da Previdência Social	(259,1)	(3,5)	(265,7)	(3,1)	(287,9)	(3,2)	(282,5)	(3,0)
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	(2,2)	(0,0)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (III - IV + VI)	(745,3)	(10,0)	(155,1)	(1,8)	(170,5)	(1,9)	(49,6)	(0,5)
VIII. META OFS	(124,1)	(1,7)	(247,1)	(3,2)	(170,5)	(1,9)	(170,5)	(1,8)
IX. META OFS - EC 109 E LEI Nº 14.143/2021			(322,5)	(3,2)				

Elaboração: SOF/SETO/ME.

* Por força do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o cumprimento da meta de resultado primário ficou suspenso em 2020 em razão da calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.

Regra de Ouro: Evolução da Insuficiência para seu cumprimento

Regra de Ouro - Evolução das Programações
Condicionadas (R\$ bilhões)



Evolução das Despesas Primárias

Discriminação	2020		Av. 3º Bimestre 2021		LDO 2022		PLOA 2022	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
DESPESA TOTAL (Exceto Transferências)	1.947.025,0	26,1	1.631.531,6	18,9	1.621.035,6	18,2	1.646.502,3	17,5
Previdência	663.904,4	8,9	705.677,3	8,2	762.905,5	8,6	765.569,4	8,1
<i>Sentenças</i>	20.708,9	0,3	22.635,8	0,3	23.416,8	0,3	29.828,0	0,3
Pessoal	321.349,3	4,3	332.355,2	3,8	346.328,6	3,9	342.798,8	3,6
<i>Sentenças</i>	6.288,9	0,1	10.531,0	0,1	11.117,9	0,1	13.709,2	0,1
LOAS/RMV	62.667,6	0,8	67.789,7	0,8	71.725,5	0,8	73.476,1	0,8
<i>Sentenças</i>	1.365,6	0,0	1.428,6	0,0	1.481,3	0,0	1.635,0	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios	22.876,7	0,3	20.848,3	0,2	21.741,3	0,2	43.743,5	0,5
Obrigatórias com Controle de Fluxo	133.504,9	1,8	145.593,0	1,7	165.128,2	1,9	164.559,9	1,8
Abono e Seguro Desemprego	59.570,8	0,8	49.753,7	0,6	65.210,8	0,7	63.452,1	0,7
<i>Sentenças</i>	-	-	-	-	-	-	200,0	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	20.810,8	0,3	11.781,8	0,1	14.506,1	0,2	13.377,6	0,1
Demais Obrigatórias	554.150,4	7,4	178.386,2	2,1	60.785,4	0,7	64.679,8	0,7
Emendas Impositivas	15.091,2	0,2	16.189,7	0,2	16.029,5	0,2	16.225,4	0,2
Aumento de Capital das Estatais	23,3	0,0	4.000,0	0,0	-	-	-	-
Demais Discricionárias do Poder Executivo	93.075,7	1,2	99.156,5	1,1	96.674,9	1,1	98.619,6	1,0
Memo:								
<i>Total Sentenças Judiciais:</i>	<i>51.240,2</i>	<i>0,7</i>	<i>55.443,7</i>	<i>0,6</i>	<i>57.757,3</i>	<i>0,6</i>	<i>89.115,8</i>	<i>0,9</i>

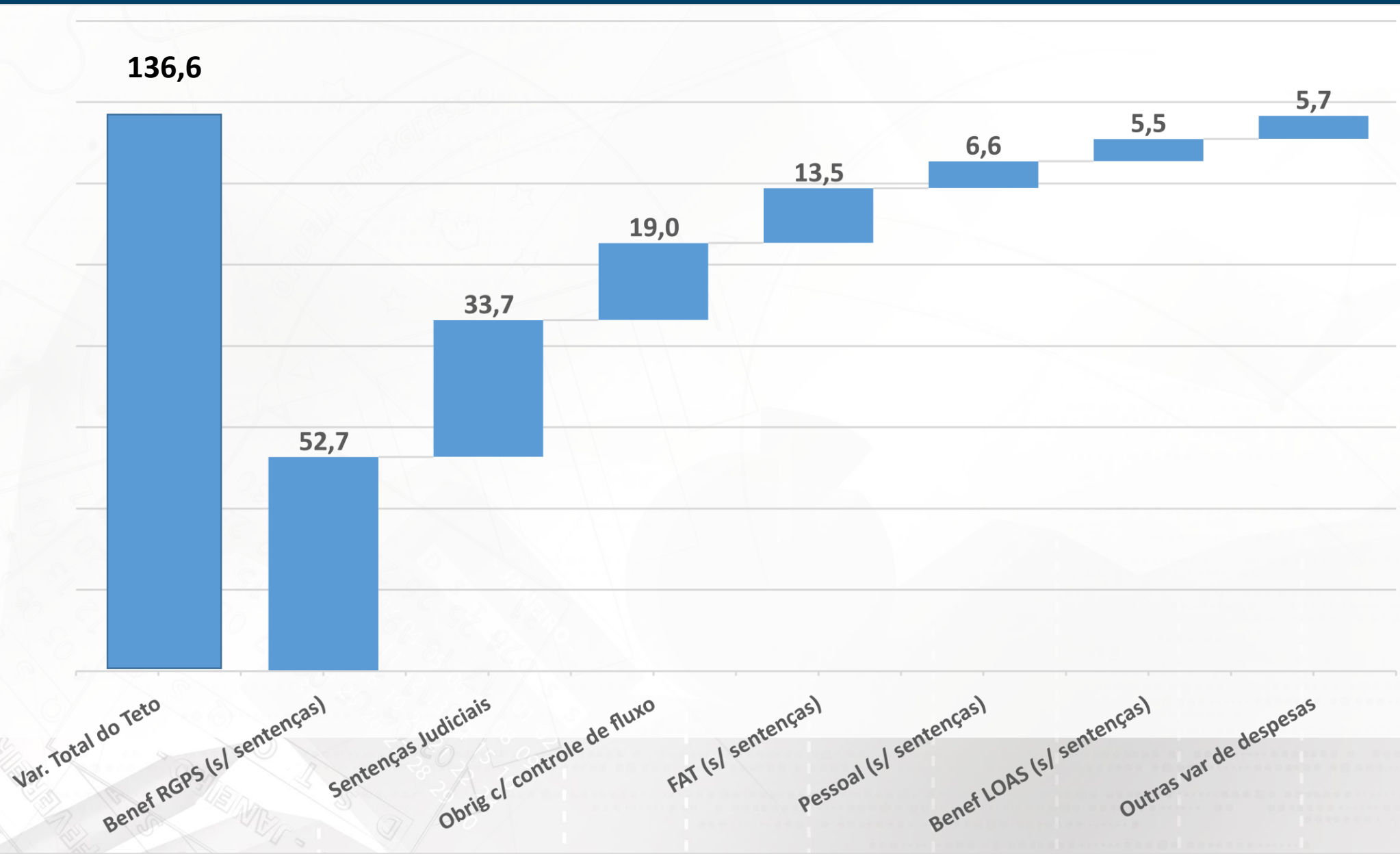
Teto dos Gastos

R\$ milhões

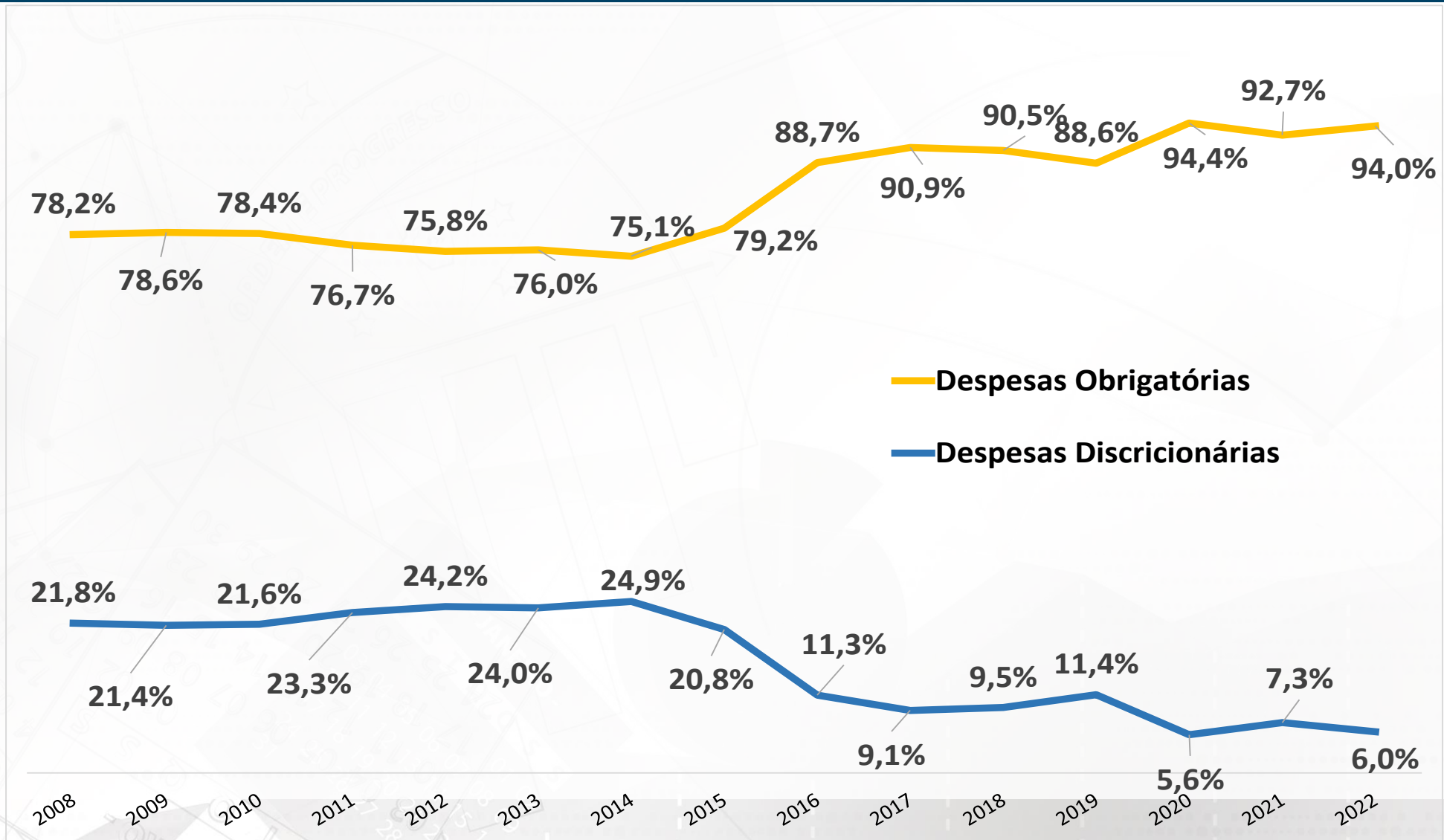
Discriminação	LOA 2021	PLOA 2022
Teto EC 95	1.485.936	1.610.012
PODER EXECUTIVO	1.421.604	1.540.308
DEMAIS PODERES	64.332,3	69.704,1
PODER JUDICIÁRIO	44.189	47.879
PODER LEGISLATIVO	12.837	13.909
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	6.747	7.310
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	559	606

Elaboração: SOF/SETO/ME.

Teto dos Gastos: apropriação da variação em relação a 2021 (R\$ bilhões)



Evolução das Despesas Primárias: Obrigatórias x Discricionárias



Fonte e Elaboração: SOF/SETO/ME.

Evolução das Despesas Primárias Obrigatórias: Sentenças Judiciais



Fonte e Elaboração: SOF/SETO/ME.

Investimentos no PLOA 2022 - Poder Executivo

No PLOA-2022 foram priorizados os investimentos em andamento, com a alocação de 10,3% das despesas discricionárias em projetos.

Tipo de Ação/Despesa	PLOA 2021			PLOA 2022		
	Custeio (*)	Investimento	Total	Custeio (*)	Investimento	Total
Projeto	963,0	11.631,0	12.594,0	1.090,5	10.148,6	11.239,1
Atividade	55.784,9	9.216,8	65.001,7	61.962,5	9.842,7	71.805,3
Op. Especiais (**)	10.639,8	7.817,2	18.457,0	11.816,4	3.758,9	15.575,3
Total	67.387,7	28.665,0	96.052,7	74.869,4	23.750,2	98.619,6
Tipo Projeto e Investimentos no PLOA 2022 / Total (Art. 19 e Anexo IV.1, LDO-2022)						10,3%

(*) Inclui Recursos Condicionados da fonte 944

(**) Em 2021 foi incluído R\$ 4 bilhões de capitalização para nova *Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBpar*. Para 2022, não está previsto capitalização para empresas estatais não dependentes

Fonte/Elaboração: SOF/SETO/ME

Aplicação Mínima em Saúde e Covid-19 no PLOA 2022

No PLOA-2022, a Saúde obteve acréscimo total de R\$ 10,7 bilhões em relação ao PLOA 2021 e foram priorizados recursos dedicados à continuidade do combate à pandemia de Covid-19, respeitando o mínimo de aplicação em serviços públicos em saúde.

Item	R\$ Milhões		
	2020 Empenhado	2021 PLOA	2022 PLOA
Total ASPS Mínimo	161.868,0	123.828,8	134.479,6
Regular	119.695,2	123.828,8	127.336,6
Covid-19	42.172,8	-	7.143,0
Exceto ASPS	13.205,2	12.932,5	12.978,8
Total	175.073,1	136.761,3	147.458,5
C. Extraordinários (Covid-19)	42.172,8	-	-

Mínimo	Valor	Correção Teto
2020	121.246,2	-
2021	123.828,8	2,13%
2022	134.168,5	8,35%

Total Saúde (Ordinário)	132.900,3	136.761,3	147.458,5	+ 10.697,2
--------------------------------	------------------	------------------	------------------	-------------------

FNDCT no PLOA 2022 e o Atendimento à LC nº 177, de 2021

- Com a promulgação de partes vetadas da LC 177/2021, foram alocados todas as receitas destinadas ao Fundo nas suas próprias programações, no valor de R\$ 8,5 bilhões.
- Estão sendo envidados esforços para atender ao comando da referida lei em 2021.

Tipo de Despesa	Empenhado 2020	2021		R\$ Milhões
		PLOA	Dot. Atual	PLOA 2022
Despesas não Reembolsáveis	928,4	510,1	925,7	4.233,5
Despesas Reembolsáveis	1.627,3	1.782,9	3.671,1	4.233,5
Reserva de Contingência	-	4.838,7	2.745,4	-
TOTAL	2.555,7	7.131,6	7.342,2	8.466,9

Censo Demográfico no PLOA 2022

- No PLOA 2021 havia recursos previstos para realização do Censo, que não foi mantido durante a sua apreciação no CN.
- No PLOA 2022, estão sendo previstos R\$ 2 bilhões. Na preparação do Censo em 2022, já foi publicado crédito adicional neste exercício no montante de R\$ 82,3 milhões, e está em tramitação no CN recursos adicionais no valor de R\$ 35,7 milhões.

Ação orçamentária	2021			R\$ Milhões
	PLOA	LOA	Dot. Atual	PLOA 2022
20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	2.000,0	53,3	135,6	2.000,0

Novo Programa de Transferência de Renda - Auxílio Brasil

- **Programa Auxílio Brasil - PAB (MP 1.061, de 9/8/2021):** substitui o Programa Bolsa Família
- **Orçamento 2022: R\$ 34,7 bilhões e Meta de atendimento: 14,7 milhões de famílias**
- O núcleo básico do novo programa é composto por **três benefícios** que visam promover o desenvolvimento infantil e juvenil por intermédio de transferência de renda com condicionalidades:
 - ✓ **Benefício Primeira Infância:** pago a famílias com crianças entre 0 e 36 meses incompletos;
 - ✓ **Benefício Composição Familiar:** direcionado às famílias que tenham gestantes e pessoas de 3 a 21 anos incompletos em sua composição;
 - ✓ **Benefício de Superação da Extrema Pobreza:** concedido às famílias que não tenham superado a faixa de extrema pobreza após o pagamento dos dois benefícios anteriores.

Novo Programa de Transferência de Renda – Auxílio Brasil

21DP - Transferência de Renda para Pagamento dos Benefícios e Auxílios do Programa Auxílio Brasil

R\$ Milhões	
Plano Orçamentário (Destacado)	PLOA 2022
Benefícios Financeiros do Programa Auxílio Brasil	
Benefício 1ª Infância; Benefício Composição Familiar; Benefício de Superação da Extrema Pobreza; e Benefício Compensatório de Transição	34.213,9
Auxílio Inclusão Produtiva Rural: concedido por um período de até 36 meses como forma de incentivar a produção, doação e consumo de alimentos saudáveis pelos agricultores familiares	187,5
Auxílio Criança Cidadã - Primeira Infância: disponibilizado ao responsável por famílias com crianças de 0 a 48 meses incompletos, que possua renda comprovada, para garantir acesso da criança a creches em tempo integral ou parcial	137,5
Auxílio Inclusão Produtiva Urbana: destinado aos beneficiários do PAB que comprovarem vínculo de emprego formal	85,9
Auxílio Esporte Escolar: concedido a estudantes com idades entre 12 e 17 anos incompletos que se destacarem em competições oficiais de jogos escolares brasileiros	22,0
Bolsa de Iniciação Científica Júnior: voltada a estudantes com bom desempenho em competições acadêmicas e científicas	22,0
TOTAL	34.668,9



ANEXOS

Metas de Resultado Primário

Discriminação	LDO 2021*		2021 - Relatório de Avaliação do 3º Bimestre **		PLOA 2022		LDO 2022					
							2022		2023		2024	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Resultado Primário do Setor Público	(250,9)	(3,2)	(128,4)	(1,5)	(54,8)	(0,6)	(177,5)	(2,0)	(149,8)	(1,6)	(105,8)	(1,0)
Governo Central	(247,1)	(3,2)	(155,1)	(1,8)	(49,6)	(0,5)	(170,5)	(1,9)	(145,0)	(1,5)	(102,2)	(1,0)
Empresas Estatais Federais	(4,0)	(0,1)	(2,6)	(0,0)	(2,6)	(0,0)	(4,4)	(0,0)	(4,7)	(0,0)	(5,1)	(0,0)
Estados e Municípios***	0,2	0,0	29,3	0,3	(2,6)	(0,0)	(2,6)	(0,0)	(0,1)	(0,0)	1,5	0,0

Fonte: SOF/SETO/ME - Anexo de Metas Fiscais das Lei de Diretrizes Orçamentárias

* Atualização do AMF da LDO-2021 em novembro de 2020.

** Equivale ao Resultado Primário projetado. A meta ajustada à EC 109 e exclusões previstas na LDO 2021 equivale a déficit de R\$ 322,5 bilhões.

*** Indicativo

Evolução das Receitas Primárias

R\$ milhões

Discriminação	2020		Av. 3º Bimestre 2021		LDO 2022		PLOA 2022	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	1.467.758,8	19,8	1.816.281,0	21,0	1.772.472,2	19,9	1.958.764,4	20,8
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS (*)	899.385,0	12,1	1.156.101,4	13,4	1.103.097,2	12,4	1.244.968,8	13,2
Arrecadação Líquida para o RGPS	404.772,5	5,5	440.006,3	5,1	474.977,9	5,3	483.022,6	5,1
Outras Receitas	163.601,3	2,2	220.173,3	2,5	194.397,1	2,2	230.773,1	2,5
Exploração de Recursos Naturais	56.488,6	0,8	80.323,8	0,9	72.655,6	0,8	85.210,1	0,9
Concessões e Permissões	8.178,7	0,1	8.201,0	0,1	4.399,5	0,0	5.137,2	0,1
Dividendos e Participações	6.576,8	0,1	17.813,4	0,2	13.130,6	0,1	26.284,9	0,3
Contribuição Salário Educação	21.260,9	0,3	22.863,3	0,3	24.496,6	0,3	24.894,5	0,3
Demais	71.096,4	1,0	90.971,8	1,1	79.714,8	0,9	89.246,3	0,9

Elaboração: SOF/SETO/ME

(*) Líquida de Incentivos Fiscais

Despesas Totais do Orçamento Federal: Fiscal e Seguridade Social (1/3)

R\$ Milhões					
Poder / Órgão	Empenhado 2020	2021			PLOA 2022
		PLOA	LOA	Dot. Atual	
Executivo Total	3.616.054,1	4.075.332,9	4.053.486,8	4.203.466,9	4.541.941,0
Dívida Pública no Ministério da Economia	1.380.457,6	2.232.810,8	2.232.810,8	2.232.810,8	2.468.372,6
Advocacia-Geral da União	4.071,2	4.115,7	4.104,9	4.102,7	4.117,6
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	19.279,9	22.447,1	22.274,4	22.398,7	21.384,1
Banco Central do Brasil	3.866,3	3.876,1	3.851,1	3.848,3	3.971,5
Cidadania	383.003,2	104.282,4	104.133,0	168.503,6	111.678,8
Ciência, Tecnologia e Inovações	8.918,9	12.533,2	12.670,4	12.887,4	14.628,0
Comunicações	1.834,8	4.056,8	4.247,4	4.086,9	3.804,7
Controladoria-Geral da União	1.136,5	1.145,3	1.142,2	1.142,0	1.180,1
Defesa	110.712,1	116.127,8	114.141,9	114.672,2	117.327,8
Desenvolvimento Regional	24.035,2	24.171,5	22.487,1	24.125,9	26.954,9
Economia	520.687,0	343.553,4	351.695,4	374.843,3	446.907,0
Educação	134.486,6	144.538,3	143.678,5	143.721,6	156.605,0

Despesa Total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social inclui as despesas financeiras, e exceto Emendas (RP: 6, 7, 8 e 9).

Despesas Totais do Orçamento Federal: Fiscal e Seguridade Social (2/3)

R\$ Milhões

Poder / Órgão	Empenhado 2020	2021			PLOA 2022
		PLOA	LOA	Dot. Atual	
Executivo Total	3.616.054,1	4.075.332,9	4.053.486,8	4.203.466,9	4.541.941,0
Infraestrutura	13.374,8	24.660,8	22.985,5	23.189,8	26.709,0
Justiça e Segurança Pública	16.535,6	17.586,0	17.276,7	17.501,8	18.104,8
Meio Ambiente	2.496,4	2.944,1	2.931,9	3.209,0	3.572,3
Minas e Energia	48.848,5	48.078,7	48.201,8	50.565,2	62.025,8
Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	391,5	449,9	435,9	460,6	762,4
Presidência da República	3.432,4	10.403,7	10.202,4	10.196,9	16.184,5
Relações Exteriores	4.303,0	4.239,3	4.200,5	4.265,7	4.740,0
Saúde	164.718,3	136.765,8	128.752,0	175.828,1	147.463,0
Trabalho	759.929,6	802.884,4	796.686,3	806.453,9	870.598,7
Turismo	9.519,0	2.524,3	2.450,4	2.524,5	3.426,8
Vice-Presidência da República	16,0	15,8	15,6	17,3	15,9
Reserva de Contingência	0,0	11.121,9	2.110,7	2.110,7	11.405,5

Despesa Total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social inclui as despesas financeiras, e exceto Emendas (RP: 6, 7, 8 e 9).

Despesas Totais do Orçamento Federal: Fiscal e Seguridade Social (3/3)

R\$ Milhões

Poder / Órgão	Empenhado 2020	2021			PLOA 2022
		PLOA	LOA	Dot. Atual	
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	69.171,1	72.247,4	72.247,7	72.247,7	77.731,8
Câmara dos Deputados	5.792,4	6.461,6	6.461,9	6.461,9	6.966,3
Senado Federal	4.411,9	4.735,6	4.735,6	4.735,6	5.112,0
Tribunal de Contas da União	2.162,2	2.308,3	2.308,3	2.308,3	2.481,2
Supremo Tribunal Federal	681,4	712,5	712,5	712,5	767,1
Superior Tribunal de Justiça	1.542,8	1.684,4	1.684,4	1.684,4	1.816,0
Justiça Federal	12.468,2	12.956,3	12.956,3	12.956,3	13.940,7
Justiça Militar da União	580,8	597,9	597,9	597,9	644,8
Justiça Eleitoral	9.191,0	9.472,0	9.472,0	9.472,0	10.250,7
Justiça do Trabalho	21.022,8	21.799,6	21.799,6	21.799,6	23.414,1
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.013,5	3.087,6	3.087,6	3.087,6	3.320,6
Conselho Nacional de Justiça	190,5	211,5	211,5	211,5	228,8
Defensoria Pública da União	590,8	607,8	607,8	607,8	669,6
Ministério Público da União	7.433,9	7.520,4	7.520,4	7.520,4	8.020,7
Conselho Nacional do Ministério Público	88,9	92,0	92,0	92,0	99,3
TOTAL GERAL (TODOS PODERES + DÍVIDA)	3.685.225,3	4.147.580,3	4.125.734,6	4.275.714,7	4.619.672,8

Despesa Total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social inclui as despesas financeiras, e exceto Emendas (RP: 6, 7, 8 e 9).